



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Wagner Cesar Correia Junior

SANÇÕES FINANCEIRAS:
Um estudo de caso sobre o uso da moeda como arma monetária sobre a Coréia do Norte

Rio de Janeiro

2022

Wagner Cesar Correia Junior

SANÇÕES FINANCEIRAS:

Um estudo de caso sobre o uso da moeda como arma monetária sobre a Coréia do Norte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Norberto Montani Martins

Coorientador: Me. Gabriel Martins da Silva Porto

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

C824s

Correia Junior, Wagner Cesar SANÇÕES
FINANCEIRAS: Um estudo de caso sobre o uso da
moeda como arma monetária sobre a Coréia do Norte
/ Wagner Cesar Correia Junior. -- Rio de
Janeiro, 2022.
51 f.

Orientador: Norberto Montani Martins.
Coorientador: Gabriel Martins da Silva Porto.
Trabalho de conclusão de curso (graduação)
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas,
2022.

1. Restrição de sobrevivência. 2. Poder
estrutural. 3. Bomba dólar. 4. Sistema monetário
internacional. 5. Sanções financeiras sobre a
Coreia do Norte. I. Martins, Norberto Montani ,
orient. II. Silva Porto, Gabriel Martins da,
coorient. III.
Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-
7/6283.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, em especial meu pai e minha mãe que sempre me apoiaram e torceram por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de concluir este trabalho e pela realização deste momento pois Ele é tudo. À minha família que sempre acreditou e torceu por mim. Aos meus professores e amigos que tornaram essa caminhada mais leve e prazerosa. À nossa universidade, que eu possa um dia retribuir.

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar a moeda como uma ferramenta de coerção no cenário internacional através do estudo de caso das sanções financeiras aplicadas pelos Estados Unidos junto a atores internacionais à República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte). Analisamos os efeitos das sanções no século XXI sobre as variáveis econômicas da Coreia do Norte e a utilização da moeda pela nação hegemônica como arma monetária por meio de um sistema financeiro internacional altamente hierarquizado e assimétrico. A metodologia utilizada foi a análise de estudo de caso a partir de fontes primárias e secundárias e estatísticas descritivas, já empregada em outros trabalhos para avaliação do Irã, da Rússia e da Turquia. Conclui-se que a implementação da bomba dólar teve sucesso em isolar a Coreia do Norte do sistema financeiro internacional, mas seus efeitos econômicos não foram tão expressivos devido à menor dependência histórica do sistema financeiro internacional e ao crescente excedente comercial com a China.

Palavras-chave: sanções financeiras; Coreia do Norte; restrição de sobrevivência; poder estrutural; sistema financeiro internacional.

Abstract

The present work proposes to analyze the currency as a tool of coercion in the international scenario through the case study of the financial sanctions applied by the United States to international actors to the Democratic People's Republic of Korea (North Korea). We analyze the effects of sanctions in the 21st century on North Korea's economic variables and the use of currency by the hegemonic nation as a monetary weapon through a highly hierarchical and asymmetric international financial system. The methodology used was the analysis of a case study from primary and secondary sources and descriptive statistics, already used in other studies for evaluation of Iran, Russia and Turkey. It is concluded that the implementation of the dollar bomb succeeded in isolating North Korea from the international financial system, but its economic effects were not as significant due to the lower historical dependence of the international financial system and the growing trade surplus with China.

Keywords: financial sanctions; North Korea; survival restriction; structural power; international financial system.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: RESTRIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA, SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E A BOMBA DÓLAR	10
1.1 Restrição de sobrevivência.....	10
1.2. Poder Estrutural.....	12
1.3. Bomba dólar	16
1.4. Síntese	18
CAPÍTULO II: AS SANÇÕES FINANCEIRAS SOBRE A COREIA DO NORTE	19
2.1. Um breve histórico das sanções sobre a Coreia do Norte até 2016	19
2.2. Coerção monetária: A bomba dólar como coerção financeira	24
2.3. Síntese	29
CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DAS SANÇÕES À COREIA DO NORTE.....	30
3.1. Produto Interno Bruto e taxa de crescimento	30
3.2. Análise setorial.....	31
3.3. Impacto das sanções sobre o comércio norte-coreano	34
3.4. Impacto das sanções sobre as variáveis nominais da economia norte-coreana	40
3.5. Síntese	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

As sanções em geral são políticas coercitivas que se baseiam na imposição de custos econômicos e no estigma social para obrigar mudanças no comportamento ou limite de suas metas sua capacidade de se envolver em comportamentos indesejáveis (PEKSEN; DURSUN; SON, 2015). Quando a comunidade internacional procurou enfrentar as ameaças de proliferação nuclear representadas pelo Irã e Coreia do Norte, por exemplo, Estados Unidos, União Europeia (UE) e Nações Unidas (ONU) adotaram amplos pacotes de sanções para enfraquecer as economias dos países e coagi-los a mudar suas políticas nucleares. Na primeira década do século XXI, a Coreia do Norte passou a sofrer com sanções econômicas distintas das que sofria desde os anos 1950.

Nesse novo tipo de sanções, a moeda internacional mostrou-se um elemento essencial (e.g. TORRES FILHO, 2018). A necessidade de entender e explicar esse ato de coerção econômica se faz presente para contribuir com o debate acadêmico sobre as sanções. O objeto deste trabalho é o sistema monetário internacional, especificamente, seu uso como um objeto de coerção através das sanções financeiras e a influência da hegemonia norte-americana após Bretton Woods.

O objetivo principal dessa monografia é analisar as sanções financeiras aplicadas à Coreia do Norte no período de 2000 a 2019 e avaliar seus impactos econômicos sobre o país. Além disso, faz-se mister apresentar de forma articulada os conceitos que formam o arcabouço teórico que nos permite entender o funcionamento do uso da moeda internacional como arma financeira.

A hipótese que norteia esse trabalho é que o dólar como é uma arma monetária eficiente para interditar as transações da Coreia do Norte com países ou entidades vinculados, gerando consequências deletérias para sua economia – no caso específico, com o propósito de inviabilizar o programa nuclear norte-coreano.

A presente monografia está dividida da seguinte forma. No primeiro capítulo, apresenta-se a discussão teórica que embasa o trabalho, englobando os conceitos de restrição de sobrevivência e hierarquização do sistema monetário internacional, a ideia de poder estrutural e o papel do dólar no sistema globalizado, que confere aos Estados Unidos uma capacidade ímpar de viabilizar ou inviabilizar o acesso dos países ao sistema internacional. No segundo capítulo, apresenta-se a primeira parte do estudo de caso, na

qual é feita uma contextualização institucional e um levantamento histórico das sanções impostas à Coreia ao longo do período de 2000 a 2019. No terceiro capítulo é realizada uma análise em relação aos efeitos negativos causados pelas sanções financeiras sobre as principais variáveis macroeconômicas da Coreia do Norte. A conclusão encerra o trabalho avaliando a pertinência ou não da hipótese levantada nesta introdução.

CAPÍTULO I: RESTRIÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA, SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E A BOMBA DÓLAR

1.1 Restrição de sobrevivência

Um autor que pertence à tradição pós-keynesiana e que introduziu contribuições inovadoras para o estudo do funcionamento de uma economia monetária foi o economista Hyman Minsky. Na sua tese de doutorado, de 1954, Minsky introduz o conceito de restrição de sobrevivência para explicar como os agentes econômicos precisam administrar seus fluxos de caixa de forma segura, uma vez que o Estado os submete a uma obrigação permanente de a qualquer tempo ter que realizar pagamentos na moeda definida por ele.

Segundo Torres Filho (2019), o termo “sobrevivência” tem a função de explicitar uma necessidade permanente dos agentes econômicos de liquidarem suas obrigações financeiras essenciais, como dívidas, impostos e necessidades básicas de sustento, na moeda exigida pelo Estado. A alternativa a essa imposição é a falência no caso das empresas e entes subnacionais (estados e municípios) ou a própria inexistência no caso das famílias. Assim, a gestão do fluxo de caixa serve para evitar a “morte econômica”, que acontece no momento que não se pode mais honrar essas obrigações.

A partir da noção de restrição de sobrevivência pode-se propor uma hierarquia monetária nos sistemas monetários nacionais (SMN). Essa hierarquia condiciona as unidades econômicas à administração de suas respectivas limitações monetárias tendo a liquidez como elemento central¹. Em uma economia nacional há, do ponto de vista da hierarquia monetária, três tipos básicos de unidades econômicas: os agentes que não emitem moeda (ANM), os bancos comerciais e o banco central. Os ANM, que são a grande maioria dos agentes econômicos, se encontram no nível mais baixo da hierarquia, ou seja, formam a base da pirâmide que consta na Figura 1. Este grupo é composto pelas empresas, famílias, entidades públicas subnacionais e todo tipo de agente que não tem capacidade de criar moeda. Neste grupo, a disciplina da restrição de sobrevivência, ou a inflexibilidade, é total.

¹ A detenção de liquidez implica a capacidade de dispor dos meios necessários para cumprir todas as obrigações contratuais em seu vencimento (COSTA, 1999)

Figura 1 – Pirâmide Monetária



Fonte: Torres Filho (2020, p. 11)

O segundo nível da pirâmide é formado pelos bancos comerciais. Os agentes deste nível são capazes de criar moeda em sua atividade normal para os ANM. Contudo, os agentes deste grupo também possuem limitações para sua atuação. São obrigados a respeitar uma restrição de sobrevivência na moeda emitida pelo banco central. São obrigados a liquidar diariamente suas obrigações através de depósitos à vista (contas de reservas) que possuem junto a essa instituição. Além disso, precisam converter ao par e sob demanda a moeda que emitem (depósitos à vista dos ANM) em papel-moeda emitido pela autoridade monetária sempre que forem demandados pelos seus clientes (MEHRLING, 2013).

No último estágio da pirâmide em uma economia nacional, como indica Torres Filho (2019), a autoridade monetária não está sujeita a uma restrição de sobrevivência na unidade de conta que emite e, por isso, pode atuar na criação ou destruição de reservas de forma quase ilimitada. Entretanto, existe uma necessidade de quase a totalidade das nações – e, portanto, seus respectivos bancos centrais: elas estão sujeitas a uma restrição de sobrevivência na moeda internacional. Existiria, assim, sobre a hierarquia monetária nacional, um nível adicional, na esfera internacional, presente no seu relacionamento com os demais países.

Historicamente, o dólar tornou-se a moeda de curso internacional graças a uma trajetória operada pelo governo americano em conjunto com suas avançadas instituições financeiras, que funcionam como uma complexa estrutura de mercados a nível global que sustentam diariamente as transações financeiras e comerciais entre agentes privados e públicos. Toda essa estrutura está baseada na moeda norte-americana (AZEVEDO, 2020).

A flexibilização ou a disciplina na moeda internacional são passadas para os demais níveis da hierarquia monetária. Em um momento de falta de liquidez de divisas internacionais, o banco central de um país pode promover uma desvalorização cambial e elevar a taxa de juros interna com o objetivo de diminuir a demanda por moeda internacional nos níveis internos – N2 e N1 da Figura 1. Essa realidade acaba por impor restrições às autoridades monetárias nacionais em suas próprias moedas, sendo uma consequência direta da restrição de sobrevivência externa:

O dólar é uma moeda internacional que tem características fiduciárias, ou seja, seu emissor, o FED, não está sujeito a nenhuma restrição de sobrevivência. Entretanto, a situação dos demais países é radicalmente diferente. Todos estão obrigados a respeitar uma limitação imposta pela disponibilidade que tenham da moeda americana. (TORRES FILHO, 2020, p. 750)

Como pode-se inferir, o banco central americano – Federal Reserve (Fed) – não possui restrição de sobrevivência, interna ou externa, já que é a instituição emissora da moeda de curso internacional. Por isso, o Fed se encontra no N4 na pirâmide hierárquica monetária internacional: os EUA têm o poder de flexibilizar, suspender ou ameaçar a suspender a restrição de sobrevivência em nível internacional. Além disso, essa jurisdição tem a faculdade de cortar ou ameaçar cortar uma unidade de seu sistema de pagamentos nacional; porém, sendo o seu sistema de pagamentos nacional o próprio sistema de pagamentos internacional, a consequência prática equivale a cortar tal unidade do sistema global, uma vez que ele opera em sua moeda (WHEATLEY, 2013). Como veremos mais adiante, esta foi basicamente a estratégia empregada pelos Estados Unidos a fim de enquadrar e coagir a Coreia do Norte.

1.2. Poder Estrutural

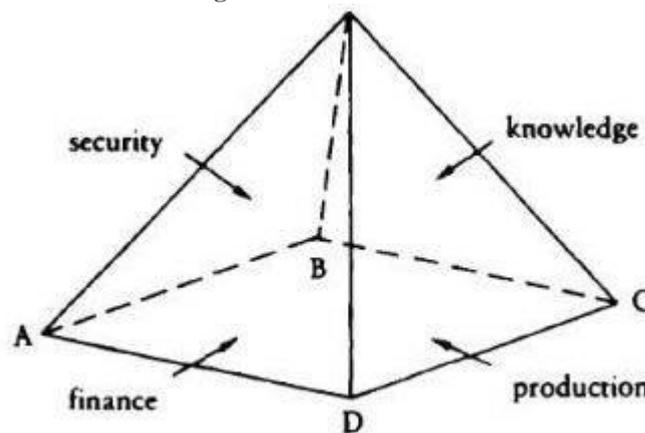
Susan Strange divide o poder em duas linhas básicas, uma direta e outra indireta. A linha direta é o poder relacional, e a indireta é o poder estrutural. O poder relacional é basicamente o conceito de poder da tradição realista das relações internacionais. É quando o agente A obriga o agente B a realizar alguma atividade que este não faria sem tal pressão.

No segundo caso, o “poder estrutural influencia as variáveis (positivas e negativas) muito mais que o poder relacional” (STRANGE, 1987, 559, tradução própria). Mais especificamente: “O poder estrutural é a capacidade de moldar e determinar a estrutura global da economia política. Será nesta estrutura que os demais Estados, suas instituições e as suas empresas atuaram de maneira competitiva” (STRANGE, 1987, 559, tradução própria).

Todavia, o poder estrutural é mais do que ter a capacidade de criar as regras do jogo: é ter a capacidade de moldar uma estrutura que atuará de maneira autônoma dentro das regras deste jogo e, tal atuação, é naturalmente benéfica para quem exerce tal tipo de poder. O funcionamento das regras do sistema beneficia quem as criou, o possuidor do poder estrutural. Sendo assim, para que alguma empresa ou governo estrangeiro possa atuar com sucesso em tal estrutura é preciso obedecer às regras que foram moldadas para beneficiar quem detém o poder estrutural.

A estrutura que representa o poder estrutural é composta por quatro vértices distintos, porém relacionados entre si. A visão de Strange, por sua vez, é baseada em quatro dimensões relacionadas entre si formando um tetraedro, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Poder Estrutural



Fonte: Strange (1998, p.27)

O modelo acima apresenta as quatro fontes do poder estrutural, representadas por cada um dos lados do tetraedro: controle sobre a segurança, controle sobre as finanças, controle sobre a produção e o controle sobre o conhecimento. Cada um dos lados do tetraedro é uma fonte de poder capaz de limitar os demais participantes do sistema. A atuação desse conjunto edifica as regras do jogo e condiciona o comportamento dos demais agentes. Em outras palavras, o poder estrutural limita as opções dos demais atores.

Em primeiro lugar, no campo da segurança, o controle reside na ameaça de afetar a segurança de um determinado agente. Nesse contexto, a crítica de Strange (1987) é que, como ciência, as relações internacionais são muito centradas nas questões da guerra e da paz. A formulação do poder estrutural não nega a influência desses aspectos, apenas amplia o horizonte das fontes do poder para outros elementos.

Em segundo lugar, tem-se o controle sobre a produção, relacionado a como ocorre a produção de bens em um determinado sistema. Ter a capacidade de gerenciamento sobre isto é uma das formas do poder estrutural. Em terceiro lugar encontra-se o controle do suprimento e distribuição do crédito em uma economia monetária globalizada. Tal controle é fundamental para ajudar países amigos e dificultar a atuação de países hostis. Em quarto e último lugar há o controle do conhecimento, a capacidade de facilitar ou dificultar o acesso a isso.

Essas quatro fontes devem atuar de maneira conjunta para que se possa falar em poder estrutural. São essas quatro dimensões que, se gerenciadas, constroem e limitam a atuação dos demais dentro de uma estrutura. Nesse contexto, o poder monetário ou financeiro que está em questão neste capítulo é visto como uma das dimensões do poder estrutural: o dólar é parte fundamental do poder monetário americano. Segundo Torres Filho (2019, p. 34):

Os EUA podem criar, modificar ou mesmo eliminar as regras básicas que governam o sistema monetário internacional. No caso da bomba dólar, essa característica do poder monetário americano explica como os EUA, não sem ter que se submeter a alguma barganha com o setor privado e com seus aliados externos, conseguiu criar, dentro do atual regime de regulação do sistema financeiro internacional (Acordos de Basiléia) os mecanismos necessários para obter as informações estratégicas de seus inimigos e para conscrever os agentes públicos e privados a servirem, quase que automaticamente, como executores da bomba dólar.

O poder monetário americano se consolidou no período pós-segunda guerra e foi construído a partir dos mecanismos e instituições de Bretton Woods. Nesse sistema, o dólar deveria ter um papel central e único sendo a divisa central desse arranjo. O sistema de Bretton Woods exemplifica o caráter estrutural do poder monetário americano já que os demais participantes desse sistema pós-libra tinham suas decisões político-econômicas condicionadas pelas regras e normas criadas pelo detentor do poder estrutural.

Esse poder estrutural detido pelos EUA foi exercido novamente em 1971, quando suspendeu-se a conversibilidade em ouro e os alicerces do sistema Bretton Woods foram

destruídos pelos próprios norte-americanos, demonstrando de forma prática que quem constrói as regras do sistema tem a capacidade de destruí-las de maneira unilateral. Strange (1987) argumenta que essa decisão sinalizou o poder e não a fraqueza dos EUA, pois eles estavam exercendo o direito irrestrito de imprimir dinheiro que outros não poderiam se recusar a aceitar.

O Fed tem papel central na estrutura financeira do poder estrutural americano. Ele controla a moeda internacional perante a economia mundial por meio de sua taxa de juros e regulamenta a criação de crédito pelos seus bancos comerciais e demais instituições financeiras, as quais são as mais competitivas do mundo por operar em uma moeda sem restrições.

Outro exemplo prático desse caráter estrutural dos EUA foi a elevação da taxa de juros pelo banco central americano, o chamado choque de Volcker, em 1979. A medida provocou um enorme influxo de dólares aos Estados Unidos, principalmente aos títulos da dívida pública norte-americana, que conferiram ao país uma maior capacidade de efetivar gastos públicos, principalmente em defesa, justamente num momento histórico de acirramento da Guerra Fria frente à corrida armamentista e espacial. Foram prejudicados os projetos nacionais de desenvolvimento tanto de países centrais quanto da periferia, uma vez que os gastos públicos com a economia nacional se reduziram e os esforços se voltam às exportações, com o objetivo de conseguir divisas em dólar (TAVARES, 1997).

O papel central do dólar também deu aos EUA poder indireto para influenciar as tendências regulatórias e a gestão de crises nos mercados financeiros internacionais. Na frente regulatória, Strange (1987) argumentou que o surgimento de mercados financeiros globais mais liberais e desregulamentados desde a década de 1970 foi em grande parte produto de várias decisões intencionais e não intencionais do governo americano. Segundo Helleiner (2005, p. 6, tradução própria):

Strange argumentou que essa postura política dos EUA, em combinação com seus movimentos internos de desregulamentação e liberalização, tiveram o efeito de influenciar indiretamente os estados estrangeiros, muitas vezes com relutância, para seguir a liderança regulatória dos EUA por causa do medo de perder negócios financeiros para os mercados dolarizados. Embora esse papel indireto dos EUA de influenciar tendências regulatórias globais fora muitas vezes não intencional, ela sugere que às vezes também refletia um reconhecimento consciente dos benefícios que podem resultar para os EUA vindo do papel dominante dos mercados e instituições financeiras norte-americanas dentro dos mercados financeiros globais recentemente liberalizados.

Portanto, o controle da moeda internacional pelos Estados Unidos e as decisões de sua autoridade monetária impactam não só agentes privados em nível doméstico e internacional, mas também as autoridades políticas dos demais Estados, cujas decisões ficam circunscritas aos limites de atuação impostos pelas autoridades políticas americanas. Nesse sentido, as decisões de atuação das demais autoridades têm de se adaptar a forma como as autoridades americanas determinam a estruturação do sistema monetário-financeiro internacional de acordo com seus interesses.

1.3. Bomba dólar

A bomba dólar consiste na interdição pelos Estados Unidos, junto a todos os atores internacionais – governos, empresas e bancos, americanos ou não – de fazerem uso da sua moeda, o dólar, para realizar suas transações financeiras com qualquer entidade direta ou indiretamente vinculada a um país específico (TORRES FILHO, 2014). Os efeitos da bomba dólar se ampliam tanto quanto maior for a integração da economia alvo ao sistema financeiro global, como veremos nos próximos capítulos desse trabalho. Adicionalmente a bomba dólar pode ser reforçada por medidas adicionais como, no exemplo norte-coreano, a proibição para outros países de vender seu petróleo para a Coreia do Norte, mesmo em transações em que o dólar não fosse utilizado.

Segundo Torres Filho (2014), vários países patrocinaram o desenvolvimento de sanções financeiras na década de 1990, no exato momento em que o sistema financeiro global começou a operar centrado nos mercados e na moeda dos Estados Unidos. No entanto essas sanções financeiras adquiriram nova roupagem a partir dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

A partir desse ataque, que representava o maior ataque em solo americano desde Pearl Harbour, as instituições financeiras internacionais foram compelidas a colaborar diante da forte pressão do Departamento de Justiça americano na campanha de combate do financiamento ao terrorismo. Antes, essas instituições tinham uma postura passiva, de apenas fornecer informações quando acionadas por mandados judiciais, e alegavam neutralidade política ao negar acesso de informações bancárias ao Departamento de Justiça americano. Com o Patriot Act, o sistema financeiro internacional passou a ser um braço fundamental da política antiterrorista dos EUA.

Na prática, o acesso às informações se dá pela mensageria entre bancos internacionais, em sistema gerenciado pela Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT), que detém o monopólio desse serviço. O SWIFT tem o importante papel de permitir a comunicação segura entre bancos quando realizam operações internacionais de pagamentos para seus clientes ou em seu nome. Nessas trocas de mensagens ficam registradas informações como: montantes, países de origem e de destino, datas e bancos e clientes envolvidos na transação (TORRES FILHO, 2019).

A guerra global ao terror conferiu aos Estados Unidos a legitimidade necessária para conscreverem toda a estrutura financeira global a se tornarem um “regimento militar” específico para o combate ao terrorismo por meio das finanças. O sistema financeiro globalizado se transformou em um teatro de operações importante da guerra contra o terror (CARTER; FARHA, 2013).

Nessa nova fase, após o sucesso em conseguir neutralizar as ações de grupos terroristas por meio do acesso à informação financeira global e da recém promulgada legislação antiterrorismo, que permitia o congelamento dos ativos das entidades que fossem consideradas financiadoras dessas atividades, o Departamento de Justiça americano decidiu mudar definitivamente a postura tradicional dos bancos de forma a criar mecanismos que os obrigassem a tomar partido de seu interesse nacional e entrassem definitivamente na guerra financeira.

Para isso, foi preciso criar uma forma de coerção aos bancos nacionais e internacionais, materializada na operação “Bad Banks”, que utilizava a legislação antiterrorismo, sobretudo a seção 311 do Patriotic Act, que autorizava o secretário do Tesouro americano, sem ter o ônus de apresentar evidências, a considerar qualquer instituição financeira, americana ou não, uma ameaça se motivada pela repressão à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo. Segundo Torres Filho (2019), em 2003, o sistema bancário internacional já havia incorporado a diretiva americana em suas operações, passando a escrutinar e a cortar, por conta própria, o relacionamento com clientes tidos como “perigosos”.

Foi fundamental para criação da bomba dólar a cooptação-coercitiva do setor privado bancário. Ao usar a forte comoção e o impacto dos atentados de 11 de setembro, o governo norte-americano forçou e coagiu a estrutura financeira e bancária a não ser mais neutra em seu ofício. Dessa forma, o poder estrutural dos EUA cooptou os interesses

privados a atuarem alinhados com seus interesses de segurança nacional. O ato normativo interno de combate ao terrorismo, em conjunto com a capacidade de poder estrutural americano, conseguiu condicionar todo o sistema internacional a se moldar e atuar em conjunto com seu interesse nacional.

1.4. Síntese

Neste capítulo discorreu-se sobre o conceito de restrição de sobrevivência e como ele se relaciona a uma hierarquia monetária no sistema internacional, em que o Fed está no topo da pirâmide em função da centralidade do dólar, obrigando os atores internacionais (governos e instituições financeiras) a respeitarem uma limitação imposta pela disponibilidade que tenham da moeda americana. Além disso, explicitou-se o conceito de poder estrutural como o poder que determina as estruturas da economia política global dentro da qual os demais Estados, suas instituições e empresas estão sujeitos, sendo o poder financeiro uma de suas dimensões. Esse poder financeiro, dentro da lógica do poder estrutural, foi mostrado a partir da visão de Strange na qual os EUA podem criar, modificar ou mesmo eliminar as regras básicas que governam o sistema monetário internacional.

Esses conceitos fazem parte do arcabouço teórico que explica a bomba dólar e nos permitem entender como os EUA puderam criar, dentro do atual regime de regulação do sistema financeiro internacional, os mecanismos necessários para obter as informações estratégicas de seus alvos e para cooptar os agentes públicos e privados a interditar aqueles que apresentam algum tipo de ameaça ao país de operarem no sistema financeiro global. No próximo capítulo veremos o contexto institucional em que as sanções financeiras foram utilizadas no estudo de caso da Coreia do Norte, para, em seguida, analisar os efeitos sobre as variáveis socioeconômicas e como a bomba dólar foi instrumentalizada pelos EUA e seus aliados.

CAPÍTULO II: AS SANÇÕES FINANCEIRAS SOBRE A COREIA DO NORTE

2.1. Um breve histórico das sanções sobre a Coreia do Norte até 2016

A Coreia do Norte é um dos apenas dois (junto a Cuba) com uma economia inteiramente planejada pelo governo, inserida em um sistema político autoritário e anacrônico. O interesse no país pode se limitar aos seus problemas humanitários crônicos: abusos de direitos humanos, escassez de alimentos e até fome total. Mas a geografia da Coreia do Norte e suas ambições nucleares forçaram as grandes potências – China, Japão, Coreia do Sul, Rússia e Estados Unidos – a prestarem atenção no nordeste da Ásia.

Apesar do colapso do bloco soviético na década de 1990 e da China gradualmente se integrar na economia mundial, a Coreia do Norte manteve as características de uma economia centralmente planejada. O partido comunista dita as atividades de produção e aloca mão de obra diretamente, restringindo a migração dentro do país (LEE; YOUNG SUK, 2018).

A Coreia do Norte convive com as sanções econômicas há muito tempo. O Departamento de Tesouro americano restringiu as transações financeiras relacionadas à Coreia do Norte desde a década de 1950. Vários notórios bombardeios internacionais contra a Coreia do Sul por agentes norte-coreanos durante a década de 1980 (Rangoon bombing, KAL flight 858 bombing) reforçaram ainda mais as sanções contra a Coreia do Norte e, em 1988, os EUA adicionaram a Coreia do Norte à Lista do Departamento de Estado de patrocinadores do terrorismo internacional.

As sanções contra a Coreia do Norte começaram a diminuir durante a década de 1990 quando o então governo da Coreia do Sul pressionou pelo engajamento de políticas com o Norte e o governo Clinton assinou um Acordo com a Coreia do Norte em 1994. A Coreia do Norte concordou em substituir seus reatores nucleares, que poderiam facilmente produzir armas com base em plutônio, por reatores de água leve, com os quais o enriquecimento de plutônio torna-se substancialmente difícil. Em troca, vários países, incluindo Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos financiaram conjuntamente o desenvolvimento do reator de água leve. Isso foi acompanhado pelo facilitamento do comércio e dos fluxos financeiros e da flexibilização das sanções de viagem. Além disso, a ajuda humanitária fluiu para a Coreia do Norte, pois o país vinha passando por uma

grave crise alimentar. No entanto, o relaxamento das sanções econômicas foi por um período curto.

A Coreia do Norte admitiu que estava enriquecendo urânio e reativou seu reator nuclear em 2002 (BBC, 2006). Dois anos depois, em 2004, retirou-se oficialmente do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e os demais países começaram a restabelecer várias sanções. Sanções adicionais e Resoluções do Conselho de Segurança da ONU foram impostas depois que a Coreia do Norte realizou testes nucleares em 2006, 2009, 2013 e, mais recentemente, em 2016 e 2017.

Inicialmente, as sanções se concentraram em proibições comerciais relacionadas a materiais e bens bélicos, mas expandiu-se para bens de luxo para atingir as elites. As sanções se expandiram ainda mais para ativos financeiros e transações bancárias, viagens e comércio em geral. A Tabela 1 resume os principais eventos que afetaram a intensidade das sanções (relaxando ou fortalecendo) contra a Coreia do Norte desde 1992 (HAGGARD; STEPHAN; NOLAND, 2016).

Tabela 1 – Cronologia das sanções na Coreia do Norte

Ano	Remetente	Conteúdo	Comércio	Finanças	Ajuda Humanitária	Viagens
1995	USA	Múltiplas sanções econômicas aliviadas com base na estrutura acordada em 1994. O comércio relacionado ao reator de água leve, transações financeiras e viagens foram permitidos. O congelamento dos ativos da Coreia do Norte foi relaxado.	-	-		-
1996	USA	Ajuda humanitária, doações e remessas são permitidas.			-	
1998	COREIA DO SUL	Sul-coreanos começam a viajar para as montanhas Kumkang.				-
2000	USA	Mais relaxamento no comércio, finanças, viagens e ajuda humanitária com base no anúncio feito em 1999 pelo presidente Clinton.	-	-	-	-
2003	COREIA DO SUL	Coreia do Sul faz investimentos no parque industrial de Kaesong.		-		
2005	USA	Coreia do Norte anuncia fim da moratória de testes com mísseis. Sanções financeiras são impostas a entidades norte-coreanas. Banco Delta Asia é designado como instituição "money laundry concern" e Macau voluntariamente congela as contas norte-coreanas.		+		
2006	ONU	Primeiro teste nuclear da Coreia do Norte. Conselho de Segurança da ONU adota a resolução 1718, que tem como objetivo restringir comércio de armas e bens de luxo. Transações financeiras e viagens são restringidas.	+	+		+
2006	JAPÃO	Japão impõe sua própria sanção multidimensional em razão dos testes com mísseis.	+	+	+	+
2006	USA	Estados Unidos congela ativos de entidades norte-americanas que negociam com entidades norte-coreanas intituladas como "Weapons of Mass Destructions Proliferator".		+		
2007	US	Imposição de requerimentos de licença para exportar para Coreia do Norte. Regulação adicional para viagens.	+			+
2008	COREIA DO SUL	Fim das viagens para as montanhas Kumkang após soldados norte-coreanos atirarem e matarem um visitante sul-coreano.				+
2009	ONU	Segundo teste nuclear da Coreia do Norte. Conselho de Segurança da ONU adota a resolução 1874, que aprofunda as restrições às atividades norte-coreanas em todas as dimensões.	+	+	+	+
2010	CORÉIA DO SUL	Sanções comerciais e de investimento depois que a Coreia do Norte atacar um navio da marinha sul-coreana. Coreia do Norte ataca uma ilha da Coreia do Sul em Novembro.	+	+		
2010	USA	Bloqueio de propriedades de pessoas designadas (US Executive Order 13,551).		+		
2011	USA	Proibição adicional de transações com a Coreia do Norte e garantia de restrições de importações (US Executive Order 13,570).	+			
2013	ONU	Conselho de Segurança adota a resolução 2094 após Coreia do Norte lançar um satélite no final de 2012. Coreia do Norte conduz seu 3º teste nuclear. Conselho de Segurança adota resolução 2087. Novas sanções financeiras e viagens, incluindo dinheiro em papel.	+	+		+

2013	China	China muda atitude em relação a Coreia do Norte e publica uma lista de mercadorias proibidas. Instruções ao governo local para implementar as sanções. Fechamento de contas de bancos comerciais norte-coreanos.	+	+		
------	-------	--	---	---	--	--

Nota: O sinal “+” indica que o tipo de sanção indicado foi fortalecido e o sinal “-” indica que o tipo de sanção indicado foi relaxado.

Fonte: Haggard, Stephan e Noland (2016)

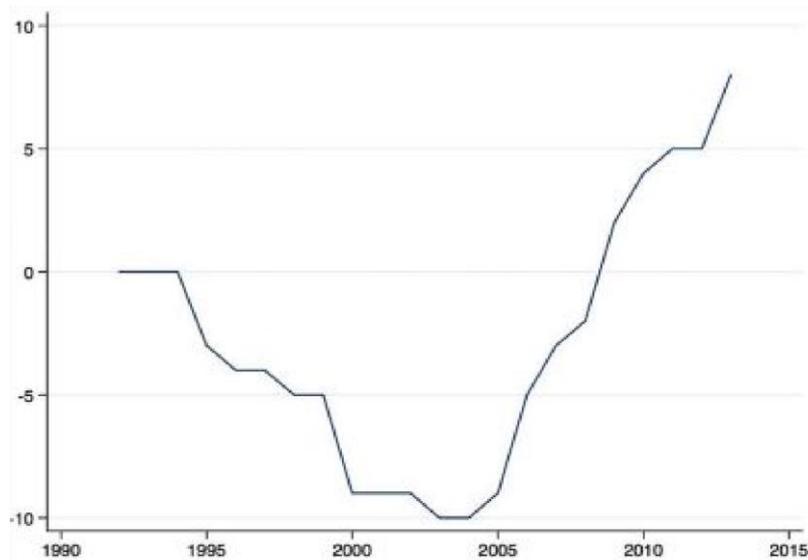
O índice de sanções utilizado é a soma cumulativa do número de eventos de sanção a cada ano, com o ano base em 1992 normalizado para zero. Na prática, o principal índice de sanções para o ano t , s_t , é construído como abaixo:

$$s_t = \sum_{n=1992}^t s_n^{trd} + s_n^{fin} + s_n^{aid} + s_n^{trv}$$

Adiciona-se 1 (um) se houve algum fortalecimento de alguma sanção relacionada ao comércio vinda da ONU, EUA, Coreia do Sul ou Japão no ano n ; zero se não houver novas sanções relacionadas ao comércio; e subtrai-se 1 (um) se houve qualquer flexibilização de sanções relacionadas ao comércio. Os termos s_n^{fin} , s_n^{aid} , s_n^{trv} são definidos de forma semelhante para finanças/bancárias, de ajuda/remessas e relacionadas a viagens. Cumulativamente, somando os tipos de eventos, o índice cai para -10 em 2003 e depois aumenta para 8 em 2013 (HAGGARD, STEPHAN E NOLAND, 2016, p. 36).

O Gráfico 1 ilustra como os principais índices das sanções evoluíram ao longo do tempo. Ele ilustra como a década de 1990 foi um período em que várias sanções preexistentes contra a Coreia do Norte estavam sendo relaxadas. O país havia concordado em congelar e eventualmente dismantelar seu programa nuclear em troca para incentivos que incluíam dois reatores de água leve, o fornecimento provisório de petróleo pesado, o relaxamento das sanções e, sobretudo, progressos na normalização relações políticas com os EUA. No entanto, o padrão se inverteu no início dos anos 2000, quando a Coreia do Norte começou a realizar testes com mísseis de longo alcance e testes nucleares.

Gráfico 1 – Evolução do índice das sanções



Fonte: Haggard, Stephan e Noland (2016)

Um grande esforço diplomático foi feito em 2003, o que ficou conhecido como “Six-Party Talks”, envolvendo China, Japão, Coreia do Norte, Rússia, Coreia do Sul e Estados Unidos. Entre períodos de impasse e crise, essas negociações chegaram a avanços importantes em 2005, quando a Coreia do Norte prometeu abandonar “todas as armas nucleares e programas nucleares existentes” e retornar ao Acordo de Não Proliferação Nuclear; e, em 2007, as partes concordaram em uma série de passos para implementar esse acordo. Essas negociações, no entanto, foram interrompidas em 2009, após divergências sobre a verificação do acordo e um lançamento de foguete da Coreia do Norte que foi condenado internacionalmente. Desde então, Pyongyang declarou que nunca retornaria às negociações e não está mais vinculada a seus acordos. As outras cinco partes pediram que Pyongyang se comprometesse novamente com sua promessa de desnuclearização de 2005, porém sem sucesso. (HAGGARD, STEPHAN E NOLAND, 2016).

A partir de 2005, a bomba dólar foi utilizada pela primeira vez, inaugurando um novo cenário dentro da guerra econômica e as ferramentas financeiras utilizadas até então, com o objetivo final de aumentar a efetividade das sanções no tocante a restringir a capacidade de financiamento das atividades nucleares da Coreia do Norte através de uma coerção monetária. As sanções financeiras tomadas em 2005 contra o Banco Delta Asia, que serão detalhadas na próxima seção, se saíram um pouco melhor em ganhar a atenção do regime e superar o problema de coordenação entre os países sancionadores também. No entanto, os efeitos econômicos destas medidas não se traduziram automaticamente na

resposta política desejada; só influenciaram as negociações quando aliadas a uma vontade das partes de negociar.

Em 2006, quando a Coreia do Norte ainda era comandada por Kim Jong-il, pai do atual líder supremo Kim Jong-un, realizou-se o seu primeiro teste nuclear. Na ocasião, a Resolução nº 1.718 do Conselho de Segurança da ONU proibiu as exportações de produtos militares e bens de luxo. Essa decisão incluiu o congelamento dos ativos financeiros norte-coreanos. Desde então, foram impostas oito levas de proibições. Em 2009, a Resolução nº 1.874 foi aprovada após o segundo teste nuclear norte-coreano, intensificando o embargo de armas e exortando os países membros da ONU a inspecionarem as embarcações suspeitas de transportar para a Coreia do Norte cargas proibidas e destruí-las, caso localizadas.

Essa determinação foi ampliada em 2013, depois que o regime de Kim Jong-un pôs um satélite em órbita. Depois do terceiro teste nuclear, a ONU impôs sanções às transferências de fundos relacionadas com o país. Após o quarto, proibiram-se as exportações de ouro, vanádio, titânio e metais raros. A isso se somava a primeira proibição do comércio de carvão e ferro, embora apenas nas quantidades consideradas não necessárias para a sobrevivência da população. Em novembro de 2016, endureceram-se as restrições à exportação de carvão e se proibiu o comércio de cobre, níquel, prata e zinco.

Alguns países ou grupos de Estados também impuseram suas próprias proibições. Os Estados Unidos vetaram a entrada em seu território de determinados integrantes do regime; aplicaram, também, sanções a certas pessoas ou instituições chinesas e russas que colaboram com Pyongyang. A União Europeia impôs um embargo de armas e a venda de combustível para aviões, entre outras medidas. A Coreia do Sul proibiu o intercâmbio comercial com seu vizinho a partir do afundamento de seu navio militar Cheoson, em 2010. E complementou esse veto em 2016 após a realização do quarto teste nuclear norte-coreano. O Japão, mais um país muito próximo, veta o envio de remessas superiores a 100.000 ienes (cerca de 3 milhões de reais) e a presença de embarcações norte-coreanas em suas águas.

2.2. Coerção monetária: A bomba dólar como coerção financeira

No contexto das sanções financeiras aplicadas à Coreia do Norte, a bomba dólar figura como uma importante frente de estrangulamento do regime coreano. Na seção anterior mostrou-se em que contexto histórico esse novo artefato foi utilizado e a

cronologia das sanções econômicas utilizadas. Nesta seção analisaremos como a bomba dólar foi operacionalizada e de que forma as características político-econômicas da Coreia do Norte interagiram com ela.

Com todas as ferramentas que o Tesouro Americano passou a deter após o estabelecimento do U.S. PATRIOT Act e o acesso aos dados do SWIFT, como foi visto no capítulo anterior, os Estados Unidos podiam ir para a guerra contra seus inimigos usando a bomba dólar como uma arma invisível. A seção 311 da lei mencionada podia ser aplicada sobre qualquer banco e, como consequência, deixá-lo como um pária em relação aos demais. As instituições financeiras ao redor do globo passaram a ter como referência a lista elaborada pelo Departamento do Tesouro em que eram indicadas as instituições e indivíduos que poderiam ter relações com atividades ilegais, como o financiamento do terrorismo (ZARATE, 2013).

Visto o sucesso das ações financeiras contra as estruturas de financiamento dos terroristas, o governo norte-americano percebeu que, com as ferramentas internas desenvolvidas e a natureza do sistema financeiro internacional, que tem o dólar como divisa central, poderia ampliar o raio de ação dessa nova arma. Desse modo, a arma financeira poderia atingir Estados hostis aos interesses norte-americanos.

Mesmo um Estado pária no sistema internacional, como a Coreia do Norte, precisa, em algum nível, acessar o sistema financeiro internacional. Ser um Estado pária não significa estar completamente isolado. Com a ambição de desenvolvimento de um programa nuclear e um programa de desenvolvimento de mísseis balísticos, a Coreia do Norte precisa acessar o sistema internacional para manter tais programas oxigenados de recursos, ao mesmo tempo em que precisava esconder seus passos. Esta necessidade transformou a Coreia do Norte em uma máquina de lavar dinheiro (ZARATE, 2013, p. 221).

Os Estados Unidos passaram a utilizar toda a sua estrutura de inteligência financeira para identificar os caminhos financeiros usados pela Coreia do Norte dentro do sistema financeiro internacional. Para realizar tal estratégia, os Estados Unidos precisaram colocar no mesmo rol do terrorismo as questões relacionadas com a proliferação nuclear. Os arcabouços legal, político, técnico e monetário já existiam e se encontravam em franca operação na luta contra o terror.

No caso norte-coreano, pode-se afirmar que a bomba dólar foi implementada com sucesso em três fases. A primeira incluiu ações de investigação e inteligência, identificando os elementos que compunham a rede de operadores envolvidos com a Coreia do Norte. O segundo estágio consistiu na eliminação dos bancos envolvidos com esses financiamentos e pagamentos. Essa operação se centrou na intervenção no banco Delta Asia, estabelecido em Macau, na China, e no desmonte de todas as conexões já rastreadas ao redor do mundo. A terceira fase focou os ativos internacionais dos líderes da Coreia do Norte. Essa é outra característica da bomba dólar: seu lançamento é feito em estágios, cada um acompanhado de uma pressão crescente sobre o inimigo e por medidas adicionais que comprometam a capacidade de resposta do oponente (TORRES FILHO, 2019).

A despeito de o objetivo final da ação do governo dos Estados Unidos ter sido afetar a capacidade da Coreia do Norte de financiar seu programa nuclear, o alvo das ações foi a estrutura financeira, ou seja, o sistema bancário. Desse modo, para atacar os mecanismos de arbitragem da Coreia do Norte, foi preciso que fosse atingido o nó financeiro certo, ou seja, o banco mais importante dessa rede de atividades ilícitas que estava ajudando a Coreia do Norte a financiar seus programas bélicos (ZARATE, 2013, p. 225).

O banco em questão foi o Banco Delta Asia. Esta instituição financeira desconsiderava as sanções impostas pelos Estados Unidos e possuía consideráveis relações financeiras com a Coreia do Norte (CARTER; FARHA, 2013, p. 910). As relações entre o Banco Delta Asia e Pyongyang eram fortes o suficiente para que o país asiático tivesse certa dependência do banco no âmbito do acesso ao sistema financeiro internacional, o que transformava o banco em Macau em um perfeito alvo para servir de exemplo para todo o sistema (ZARATE, 2013, pp. 226-227).

O ataque sobre o Banco Delta Asia foi simples, rápido e eficiente. Nesse ataque, foi usada a seção 311 do U.S. PATRIOT Act e, conseqüentemente, os ativos pertencentes à Coreia do Norte rapidamente se transformaram em ativos “radioativos”. nenhuma instituição financeira queria correr o risco de sofrer com as sanções impostas pela seção 311 ao Banco Delta Asia e, com isso, os ativos norte-coreanos foram voluntariamente congelados ou bloqueados nos demais bancos do sistema (ZARATE, 2013, p. 242).

O mais importante é que o caso acima demonstra o caráter estrutural do poder americano no sistema internacional, uma vez que, não só os ativos de Pyongyang se

tornaram “radioativos”, mas o próprio Banco Delta Asia se tornou. Os Estados Unidos não congelaram nenhum ativo ou transação, apenas indicaram que tal banco estava se comportando como um pária e que, por sua vez, isso se configurava como uma ameaça à integridade do sistema financeiro internacional (ZARATE, 2013, p. 227).

A utilização da arma monetária do dólar contra a Coreia do Norte foi o último estágio da montagem da estrutura das sanções financeiras. A ofensiva sobre o Banco Delta Asia² foi um teste sobre o funcionamento da estratégia de isolamento de uma unidade bancária no sistema financeiro internacional (ZARATE, 2013, p. 291).

Numa primeira aproximação, é possível afirmar que a utilização da bomba dólar foi um sucesso do ponto de vista operacional. Os EUA tiveram o apoio da estrutura financeira global para atacar os mecanismos de acesso ao sistema financeiro internacional de Pyongyang. Porém, caso consideremos como objetivo a mudança de comportamento do governo norte-coreano a fim de estancar o financiamento de seu programa nuclear, o resultado é ambíguo. Conforme o Gráfico 2, pode-se notar um aumento expressivo na quantidade de testes com mísseis após a implementação da bomba dólar, indo de encontro ao objetivo norte-americano e da ONU.

² Em 11 de agosto de 2020, o status de instituição financeira estrangeira associada à lavagem de dinheiro do Banco Delta Asia foi removido, após uma longa batalha judicial em relação à observância das regras de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Ver: <https://macaonews.org/politics/us-lifts-sanctions-on-delta-asia-bank/>
<https://www.caixinglobal.com/2020-08-12/macao-bank-finally-freed-from-us-sanctions-over-north-korea-money-laundering-101592029.html>

Gráfico 2 – Número de lançamento de mísseis norte-coreanos ao longo do tempo



É preciso entender que, assim como ocorre com todas as sanções, muito depende da capacidade da Coreia do Norte de se ajustar a essas novas medidas, desde que sejam eficientemente implementadas. Tais ajustes incluiriam a mudança para atividades não sancionadas, voltando-se para jurisdições mais indulgentes, explorando ineficiências das sanções e mercados paralelos ou simplesmente impondo os custos à população conforme necessário.

Uma segunda via pela qual as restrições externas poderiam ter efeito, compensando parcialmente o problema de coordenação, seria a busca mais agressiva de sanções secundárias. Semelhante às medidas usadas no caso do Banco Delta Asia, terceiros podem colocar maiores restrições ao comércio comercial da Coreia do Norte, inclusive a China.

Para implementar tais medidas, os EUA e outras partes precisariam impor sanções secundárias contra instituições financeiras chinesas que não vinham cumprindo as regras, às quais Pequim se opôs veementemente, e/ou enfrentar as adaptações evasivas que a Coreia do Norte buscou no passado, como mudar suas operações bancárias e operações comerciais mais profundas no mercado negro internacional disponível para ela na Rússia,

no Oriente Médio e em outros lugares (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2016).

Para entender e estimar os canais de transmissão e magnitude dos possíveis efeitos de sanções mais abrangentes e modernas é necessário um modelo mais completo da economia norte-coreana. Pode ser importante traçar um paralelo com Irã que teve seu banco central unilateralmente sancionado pelos Estados Unidos e suas exportações de petróleo boicotadas pela União Europeia – com a demanda por petróleo caindo dramaticamente de 2,8 milhões de barris por dia em julho de 2011 para menos de 1 milhão de barris por dia em julho de 2012 (HAGGARD; STEPHAN; NOLAND, 2016).

2.3. Síntese

O novo paradigma da guerra financeira, com o uso da bomba dólar, evidencia uma intrínseca relação entre moeda e poder. Depois da experiência com os norte-coreanos, ficou mais claro que a bomba dólar faz parte da dinâmica de conflito entre as nações. Na guerra, onde o choque de soberania entre as nações é cada vez mais comum, a projeção do poder nacional, dentro do âmbito grande estratégia, acontecerá por diversos meios, inclusive pelo campo monetário. O país hegemônico, emissor da moeda internacional, usará dessa hierarquia monetária para buscar a manutenção de seu poder se necessário for. No próximo capítulo, os dados sobre as variáveis econômicas impactadas pelas sanções ao longo do tempo serão analisados e de que forma corroboram para o uso ou não da bomba dólar inserida no contexto das sanções financeiras contra um Estado soberano.

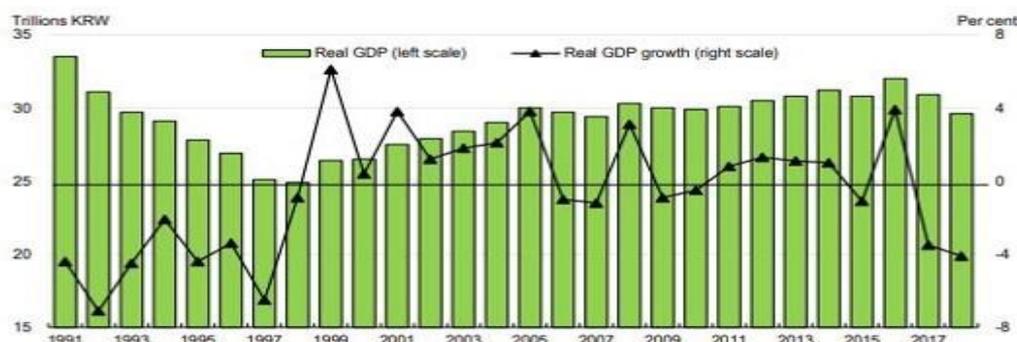
CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DAS SANÇÕES À COREIA DO NORTE

3.1. Produto Interno Bruto e taxa de crescimento

A economia norte-coreana sofreu uma grave recessão na década de 1990. A implosão da União Soviética, o início da cobrança de preços de mercado para as exportações da China, uma série de desastres naturais e a confusão após a morte do fundador da República Popular Democrática da Coreia, Kim Il-sung, em 1994, convergiram para a criação de um ambiente de elevada instabilidade.

Entre 1990 e 1998, o Bank of Korea (BOK), banco central sul-coreano, estima que a economia norte-coreana tenha encolhido em cerca de 30% (Gráfico 3), com outras fontes apontando um declínio ainda maior (FMI, 1997). O colapso foi da mesma ordem de magnitude que em alguns dos antigos estados da União Soviética (DE BROECK; KOEN, 2000). Estima-se que pelo menos várias centenas de milhares de pessoas morreram de fome ou doenças relacionadas à fome entre 1994 e 1998, durante o período que foi chamado de “Marcha Ádua” (HAGGARD; NOLAND, 2007).

Gráfico 3 – Nível estimado do PIB e taxa de crescimento



Estimado a preços constantes de 2010

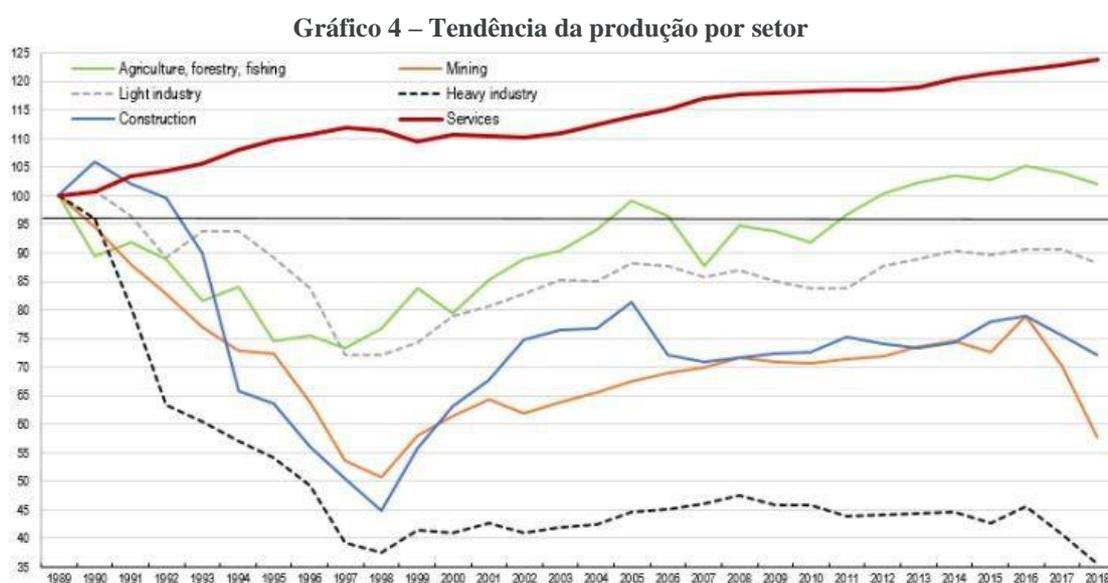
Fonte: Bank of Korea (2018, 2019).

De acordo com as estimativas do BOK, a economia norte coreana se recuperou lentamente a partir de 1999, quando o crescimento real do PIB se tornou positivo. Apesar de vários abrandamentos (que refletiram em parte o impacto das sanções tomadas na sequência dos testes nucleares de 2006 e 2009), o crescimento anual do PIB foi em média 1,4% entre 1999 e 2016. A economia cresceu quase 4% em 2016, a taxa mais rápida desde 1999, graças a uma forte retomada em mineração e agricultura. No entanto, após o quarto

teste nuclear da Coreia do Norte em janeiro de 2016, as sanções foram estendidas aos principais itens comerciais (veja abaixo) e a economia começou a encolher. O PIB real caiu 3,5% em 2017 e 4,1% em 2018 (KOEN; BEOM, 2020).

3.2. Análise setorial

O setor dos serviços desenvolveu-se de forma mais constante do que o setor da agricultura, silvicultura e pescas, enquanto a manufatura estagnou durante grande parte das últimas duas décadas (Gráfico 4). Esta tendência se intensificou após a morte de Kim Jong-il e a ascensão ao poder de Kim Jong-un no final de 2011 (YANG, 2016). É possível observar a recuperação dos setores de construção e mineração – e, em menor medida da indústria leve – após o relaxamento das sanções na segunda metade da década de 1990. Porém essa tendência parece arrefecer após o uso da bomba dólar. Abaixo serão detalhados esses movimentos por setor.



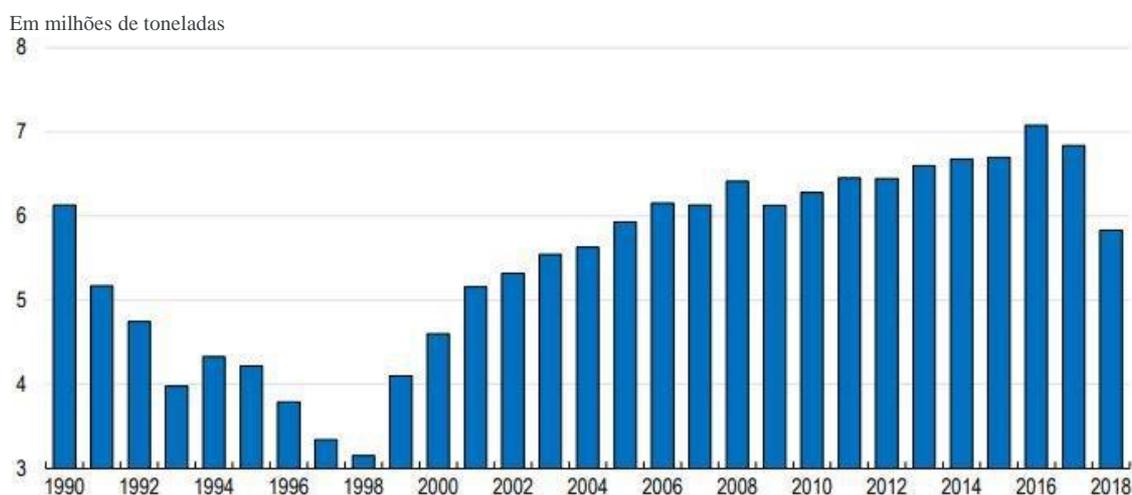
Volume index 1989 = 100

Fonte: Bank of Korea (2021)

As autoridades também tentaram fomentar a construção e o turismo, inclusive com soldados como mão de obra (HA, 2019; LEE ET AL., 2019). Nos últimos anos, projetos de construção em grande escala, como apartamentos em arranha-céus, e a infraestrutura turística foi promovida. O turismo, que não é alvo de sanções da ONU, é visto como uma

importante fonte de moeda estrangeira (PACHECO PARDO, 2014). O governo desenvolveu uma série de zonas turísticas de grande escala. Este impulso de construção se reflete na mudança do horizonte de Pyongyang, com a mais recentes partes da cidade apelidadas de Pyonghattan (PEARSON; SAGOLJ, 2016; BIANCHI; DRAPIC, 2019). No entanto, alguns relatórios sugerem que as sanções retardaram a construção e afetaram preços da habitação (JANG, 2019), o que é consistente com a queda na produção de cimento desde 2016 (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Produção de cimento

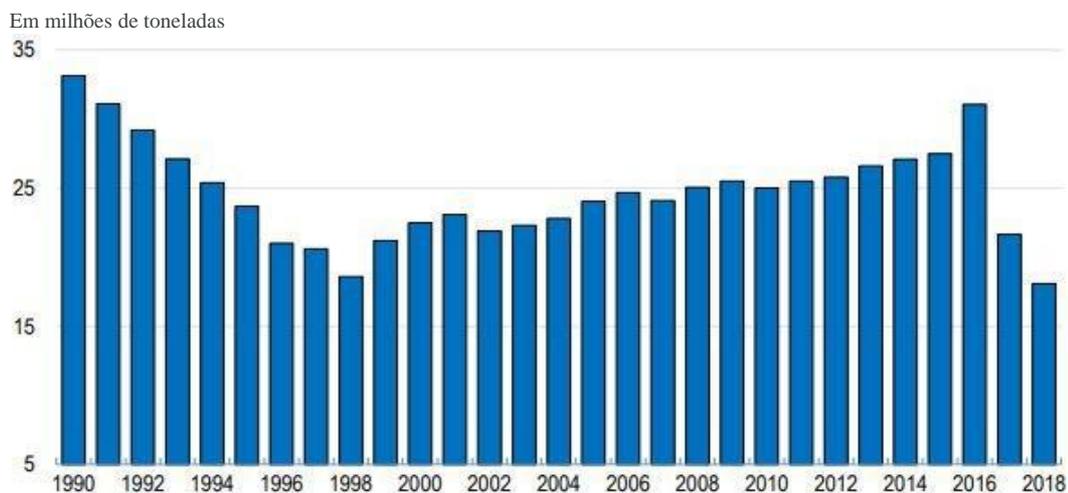


Fonte: Bank of Korea (2021)

A indústria de mineração, que responde por mais de um décimo do PIB, cresceu rapidamente até 2016, à medida que as exportações de minerais para a China expandiram, porém após o endurecimento das sanções, contraiu-se acentuadamente em 2017-18. O carvão responde por uma parcela considerável da mineração e sua produção caiu cerca de 42% em 2017-18 (Gráfico 6). O carvão tem sido tradicionalmente exportado principalmente para a China, representando uma importante fonte de divisas.

As sanções da ONU sobre as exportações de carvão e outros minerais foram reforçadas no decorrer de 2016. Isso afetou as exportações registradas de carvão, mas as vendas continuaram por outras rotas. Um número considerável de minas pequenas foram fechadas, mas minas de carvão maiores permaneceram ativas, com imagens de satélites sugerindo que foram feitas melhorias na infraestrutura da cadeia de fornecimento de carvão, principalmente, para algumas instalações portuárias e estações de transferência ferroviária-rodoviária (MAKOWSKY, 2019).

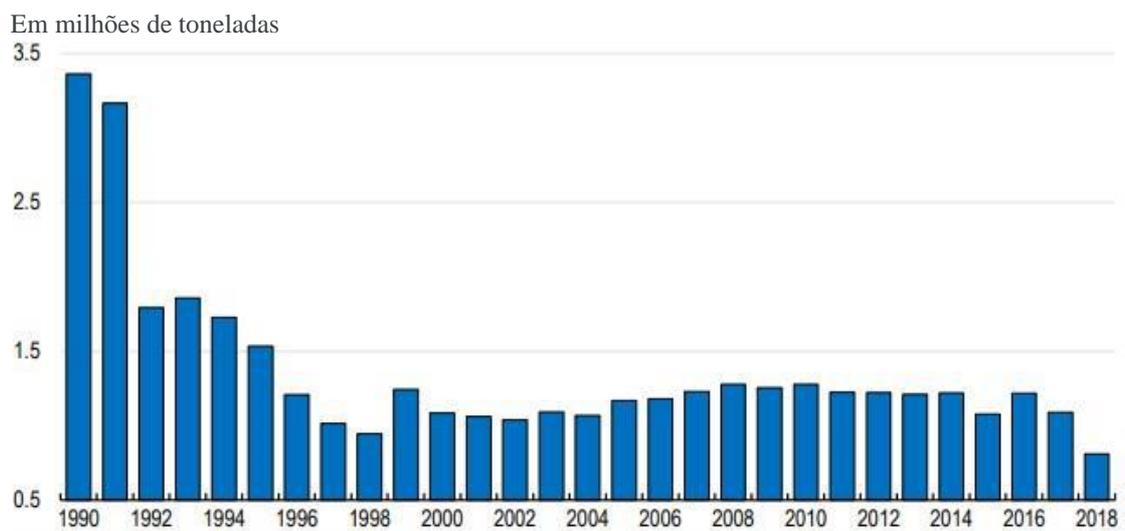
Gráfico 6 – Produção de carvão



Fonte: Bank of Korea (2021)

A estagnação na produção fabril tem sido uma grande preocupação na Coreia do Norte e reflete em parte um estoque de capital dilapidado, resultado de subinvestimento, escassez de peças de reposição e manutenção (EBERSTADT, 2007). Por um lado, isso reflete o forte estrangulamento externo ao qual a economia coreana foi submetida. Por outro lado, e até certo ponto, esta é uma consequência da elevada concentração de investimento no setor de defesa: em uma estimativa, os gastos com os militares foram em média cerca de 23% do PIB entre 2010 e 2016 (CHO, 2018); outra fonte indica que cerca de 16% do orçamento do Estado está a ser gasto em defesa, o que implica uma parcela menor, mas ainda extremamente alta, dos gastos militares no PIB (KOREAN CENTRAL NEWS AGÊNCIA, 2019).

A produção de aço é um exemplo notável da atrofia industrial norte-coreana (Gráfico 7). Em contraste, a comercialização de automóveis e caminhões promoveu o crescimento da indústria leve e de máquinas (PARK ET AL., 2018). Em 2017-18, no entanto, a indústria manufatureira e, notadamente, a indústria pesada também foram afetadas por as sanções, com grandes quedas na produção.

Gráfico 7 – Produção de aço

Fonte: Bank of Korea (2021)

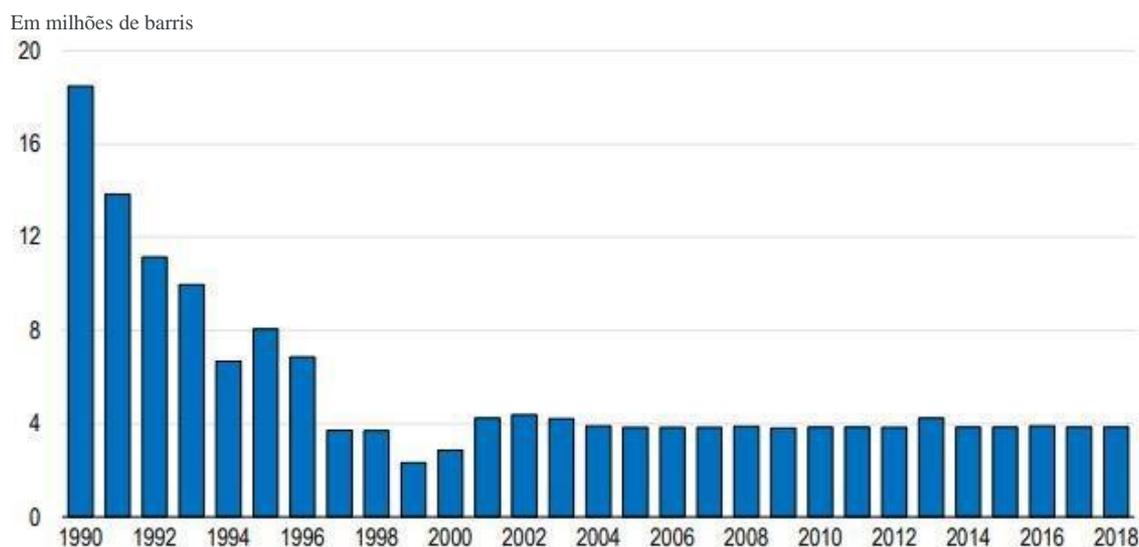
3.3. Impacto das sanções sobre o comércio norte-coreano

A Coreia do Norte retirou-se unilateralmente do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) em 2003 e realizou uma série de testes de mísseis nucleares e de longo alcance desde 2006. Como vimos no capítulo anterior, em resposta, a ONU, por meio do Conselho de Segurança, estendeu as sanções contra a Coreia do Norte. Antes de 2016, as restrições abrangiam principalmente armamento convencional e armas de destruição em massa (WMD). A partir de então, a ONU expandiu seu escopo para incluir transações comerciais gerais e acordos de cooperação econômica. As sanções intensificadas buscaram restringir a entrada de moeda estrangeira e afetar diretamente a economia norte-coreana. A ONU proibiu exportações-chave, como carvão, têxteis e frutos do mar. Também cortou as importações de máquinas e eletrônicos, que poderiam ser usadas para o desenvolvimento de armas.

As importações de petróleo bruto só são permitidas até quatro milhões de barris por ano (Gráfico 8) e as importações de petróleo refinado até 0,5 milhão de barris. Transações financeiras e cooperação com a Coreia do Norte também foram restringidos e os trabalhadores norte-coreanos foram proibidos de trabalhar no exterior, reduzindo uma importante fonte de divisas. Em princípio, os países membros da ONU deveriam deportar trabalhadores norte-coreanos para a Coreia do Norte até o final de 2019, mas, na prática,

alguns deles permaneceram no exterior, majoritariamente na China e na Rússia (KOEN; BEOM, 2020).

Gráfico 8 – Estimativa oficial de importação de petróleo



Fonte: Bank of Korea (2021)

Além das sanções da ONU, Estados Unidos, União Europeia, Japão, Austrália e Coreia do Sul implementam suas próprias medidas. Em 2016, o Congresso dos EUA adotou as sanções da Coreia do Norte e o aprimoramento de “policy acts”. Proibiu, assim, o fornecimento de bens, tecnologias, serviços e transações financeiras em conexão com mercadorias sujeitas a sanções. Também incluiu um possível boicote secundário que pode afetar empresas terceirizadas com negócios nos Estados Unidos, no caso de transações ilegais com indivíduos e empresas norte-coreanos.

Os Estados Unidos designaram a Coreia do Norte como principal preocupação em lavagem de dinheiro em 2016 e como um estado patrocinador do terrorismo em 2017. Como a Lei dos EUA trata questões de direitos humanos e lavagem de dinheiro, bem como as armas de destruição em massa, a Coreia do Norte precisaria abordar essas preocupações em conjunto para os Estados Unidos para suspender as sanções (DO, 2018).

Em setembro de 2016, os Estados Unidos impuseram pela primeira vez sanções secundárias a empresas e executivos chineses acusados de transações ilegais com a Coreia do Norte. Em 2018, os EUA indiciou empresas de Cingapura por acusações semelhantes.

Enquanto isso, o Japão, primeiro parceiro comercial da Coreia do Norte antes de 2000, suspendeu todo o comércio com o país após o teste nuclear de 2006 (KOEN; BEOM, 2020).

A Coreia do Sul também intensificou suas próprias sanções ao turismo, ao comércio em geral e ao Complexo Industrial de Gaeseong. Quando um turista foi morto na área do Monte Geumgang em 2008, Coreia do Sul interrompeu as viagens para lá. Em 2010, a Coreia do Norte afundou o navio de guerra sul-coreano Cheonan e bombardeou Ilha Yeonpyeong. Em resposta, o governo sul-coreano suspendeu todo o comércio com a Coreia do Norte, com exceção do Complexo Industrial de Gaeseong, reduzindo drasticamente comércio intercoreano. Quando a Coreia do Norte realizou seu quarto teste de mísseis nucleares e de longo alcance em 2016, a Coreia do Sul decidiu fechar o Complexo Industrial de Gaeseong (KOEN; BEOM, 2020; Ministério da Unificação, 2016).

Embora as sanções afetem o comércio e o investimento da Coreia do Norte, é impossível rastrear todos os acordos comerciais e a Coreia do Norte tentou ativamente contornar as sanções (UN PANEL OF EXPERTS, 2019), inclusive por meio de um aumento abusivo do recurso às “bolsas”³ diplomáticas que embaixadas têm direito de usar (PARK; WALSH, 2016). Na prática, a identificação de violações de sanções é difícil, com exportações norte-coreanas desviadas via Rússia ou com rótulos “made in China” (SHIN ET AL., 2016). No entanto, algumas fontes sugerem que, ao longo de 2018, a Coreia do Norte recebeu 263 entregas de petróleo por meio de transferências de navio para navio, o que ajudou a manter os preços da gasolina relativamente estáveis (BONDAZ, 2019).

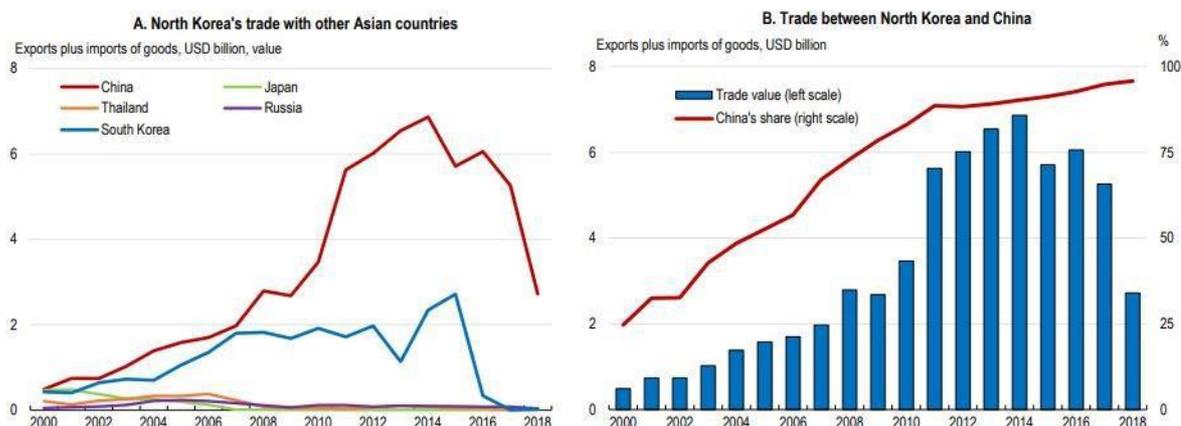
As sanções econômicas afetaram o comércio exterior da Coreia do Norte, reduziram os ganhos em moeda estrangeira e alteraram as estruturas industriais domésticas, notadamente na manufatura e na mineração, e especialmente desde sua intensificação em 2016, ainda que haja espaço para discordância acerca do impacto exato das medidas (PARK; WALSH, 2016). Não impediram a continuação das importações de bens de luxo da China para clientes mais ricos, pelo menos até 2017 (JEONG, 2019). Além disso, ainda que não se destinem a prejudicar a população civil, impuseram custos a alguns dos mais grupos vulneráveis na sociedade norte-coreana, em particular porque

³ A mala diplomática é um envelope, uma caixa, um contentor ou qualquer outro volume utilizado pelas missões diplomáticas para envio e recepção de volumes diplomáticos e objetos destinados a uso oficial a coberto da imunidade diplomática (Texto da Convenção de Viena, 1965).

impedem a entrega de ajuda humanitária (MARTIN, 2019) e as importações de combustível, máquinas e peças de reposição necessárias na agricultura (PAINEL DAS NAÇÕES UNIDAS DE ESPECIALISTAS, 2019; FAO/PAM, 2019).

Com base nas poucas estatísticas disponíveis, infere-se que a China se tornou o maior parceiro comercial da Coreia do Norte em 2000. O Japão suspendeu todo o comércio com a Coreia do Norte em 2006, assim como a Coreia do Sul em 2016 (Gráfico 9, Painel A). A dependência comercial da Coreia do Norte em relação à China aumentou de 50% em 2005 para 95,8% em 2018 (Painel B). Diante das restrições financeiras e comerciais, houve também um processo de “yuanização”, que reforçou a influência da China na economia norte-coreana.

Gráfico 9 – Comércio com outros países asiáticos



Fonte: KOTRA, (2021)

O recente surto de coronavírus na China ilustrou alguns dos riscos associados a essa alta dependência de um único parceiro. Embora as importações da China tenham aumentado acentuadamente ao longo do tempo, elas continuam consistindo principalmente de bens de consumo, têxteis e produtos elétricos. O comércio com a China permitiu que algumas cidades do fronteiras chinesas prosperassem, como Sinuiju, Hoeryong e Rason, cuja renda per capita é supostamente semelhante ao de Pyongyang (LANKOV, 2017).

Rússia e Índia são o segundo e terceiro maiores parceiros comerciais da Coreia do Norte, mas o comércio foi de apenas US\$ 34 milhões e USD 21 milhões, respectivamente, em 2018. A Tailândia foi o segundo maior parceiro comercial de 2004 a 2007, mas o

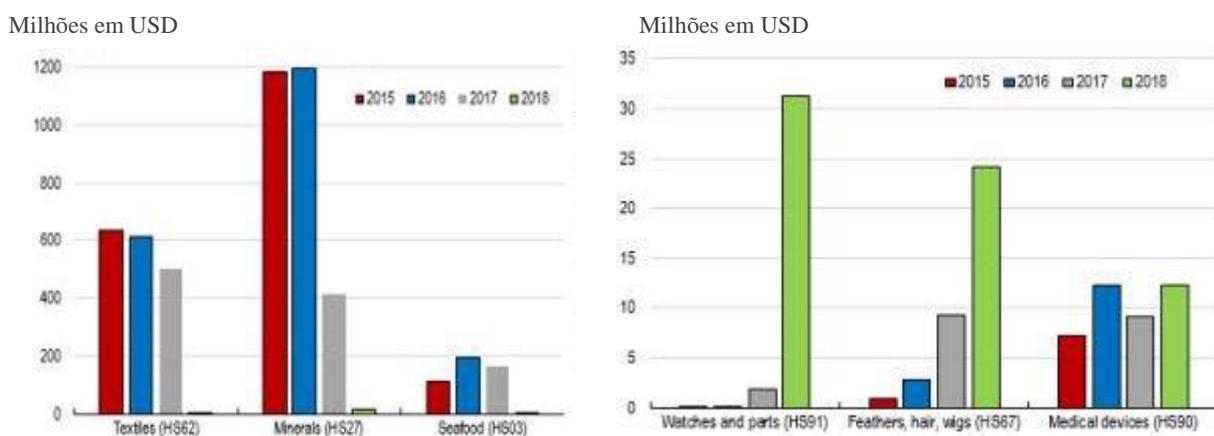
comércio com esse país caiu drasticamente para apenas US\$ 11 milhões em 2018 (Painel A).

As sanções também alteraram a composição do comércio exterior da Coreia do Norte. Devido à proibição da ONU, as exportações de produtos minerais, têxteis e frutos do mar caíram mais de 90% entre 2015 e 2018 (Gráfico 10, Painel A). Em contrapartida, as exportações de peças de relojoaria, penas, cabelos e perucas e dispositivos médicos, não abrangidos pelo as sanções, aumentaram acentuadamente, mas a partir de uma base tão baixa que não conseguiu compensar a diminuição de outras exportações (Painel B).

Gráfico 10 – Mudanças nas exportações e importações após intensificação das sanções

A. queda das exportações

B. aumento das exportações



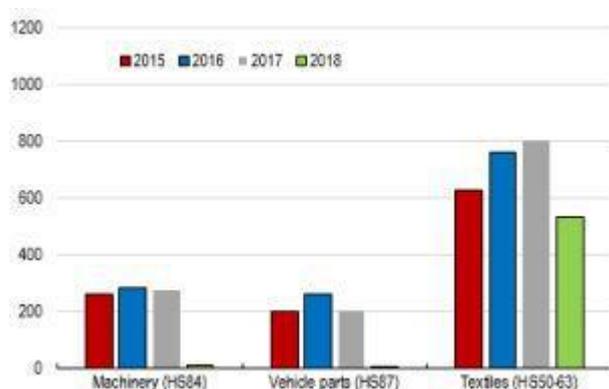
Fonte: KOTRA, (2021)

A composição das importações também mudou. Compras de têxteis, que costumavam ser a maior categoria de importação, caiu mais de 30% (Gráfico 11, Painel A). Compras de matérias-primas e subsidiárias para produtos têxteis provavelmente diminuiu devido à proibição das exportações de têxteis (HONG, 2019). Importações registradas de máquinas e veículos peças desmoronaram, embora os visitantes de Pyongyang relatem ter visto carros fabricados no exterior – incluindo carros de última geração– que entraram no país nos últimos anos, notadamente veículos japoneses de segunda mão (SHEN, 2018). Enquanto isso, as importações de fertilizantes e as importações de óleo e gordura de origem animal e vegetal aumentaram ligeiramente (Painel B) (KOEN; BEOM, 2020).

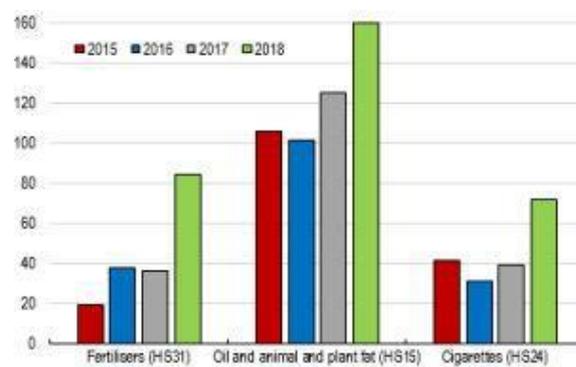
Nesse processo, o déficit comercial aumentou (Gráfico 12). As exportações totais caíram mais de 90% entre 2015 e 2018, atingindo o patamar de US\$ 0,2 bilhão em 2018 e as importações caíram em 26%, para US\$ 2,6 bilhões. O déficit comercial, assim, aumentou para mais de US\$ 2 bilhões em 2018, o dobro do déficit médio anual de 2004-15. A grandeza do déficit comercial pode ser superestimada, no entanto, na medida em que as comissões pagas aos exportadores norte-coreanos por seus clientes no exterior não são refletidas nas estatísticas comerciais (YEON, 2017). Além disso, esta estimativa é falha para capturar o contrabando.

Gráfico 11 – Mudanças nas exportações e importações após intensificação das sanções

A. queda das importações

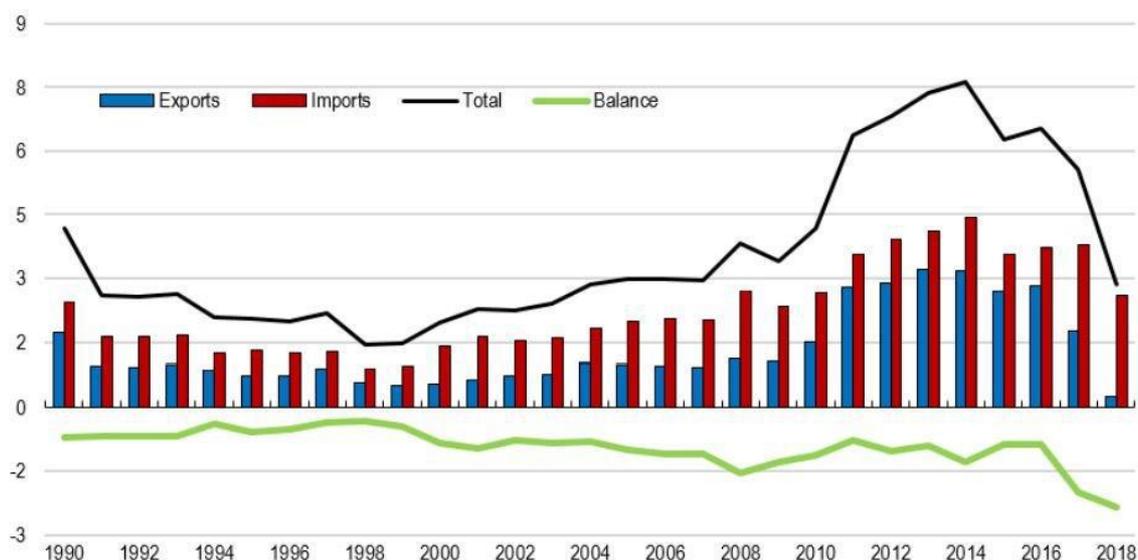


B. aumento das importações



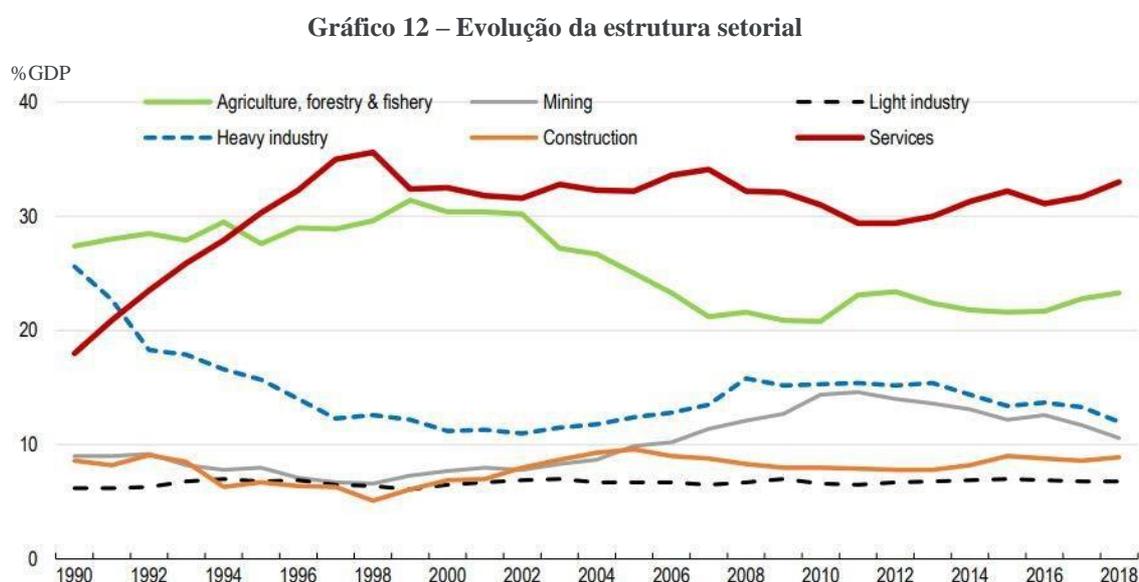
Fonte: KOTRA (2021).

Gráfico 12 – Balança comercial



Fonte: KOTRA (2021).

As sanções econômicas provavelmente também afetaram a estrutura setorial da economia. Empresas de manufatura lutaram para garantir insumos dos mercados e buscar a produção doméstica em algumas instalações (PARK, 2018). Um exemplo recente é o fechamento da maior fábrica de fertilizantes do país, a Hungnam Fertilizantes, que sofreu com a proibição de importação de petróleo (JANG, 2019). A parcela de mineração e manufatura diminuiu, enquanto a de serviços e agricultura, silvicultura e pesca aumentou (Gráfico 12). Nos últimos anos, no entanto, a mercantilização também tem sido uma força motriz, impulsionando serviços, especialmente, transporte, e bens de consumo (Yang, 2016).



Fonte: Bank of Korea (2021)

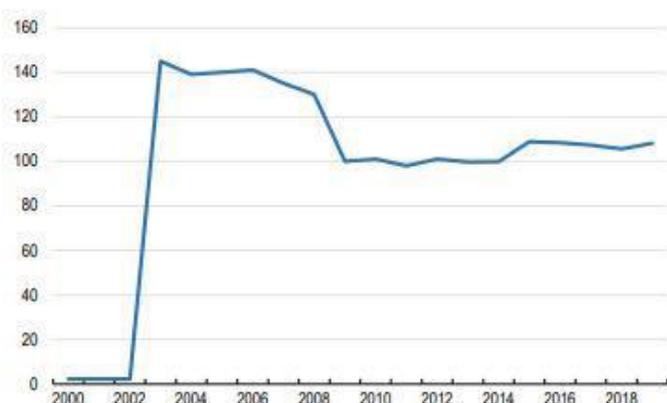
3.4. Impacto das sanções sobre as variáveis nominais da economia norte-coreana

A Coreia do Norte tem há muito tempo um sistema de taxas de câmbio múltiplas, que foi simplificado em torno de 2013, quando a taxa de câmbio do mercado paralelo deixou de ser considerada ilegal e tornou-se a base para uma gama mais ampla de transações na economia doméstica. Em outras palavras, devido à falta de moeda estrangeira, o governo norte-coreano teve que tolerar oficialmente as taxas de câmbio do mercado paralelo para novas zonas econômicas especiais para além das 14 já previamente delimitadas (WARD, 2019). A taxa de câmbio oficial mostrada abaixo não é determinada nos mercados financeiros internacionais, mas definida pela Chosun Trading do país, que funciona como uma bolsa local.

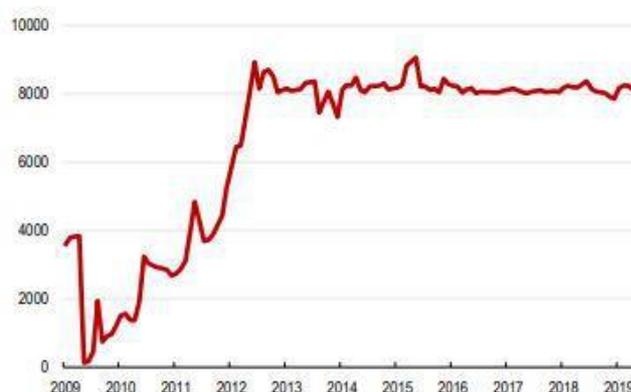
Em julho de 2002, como parte de uma reforma de preços que essencialmente monetizou anos de déficits fiscais (SELIGER, 2005), a Coreia do Norte ajustou sua taxa de câmbio oficial por um fator de mais de 70, para 150 wons norte-coreanos (KPW) por dólar americano, com o objetivo de reduzir a diferença entre as taxas de câmbio oficiais e de mercado. No entanto, desde então, a taxa de câmbio do mercado se depreciou acentuadamente, enquanto a taxa de câmbio oficial flutuou muito menos (Gráfico 13, Painel A).

Gráfico 13 – Taxas de câmbio

A. Taxa de câmbio oficial Won/USD



B. Taxa de câmbio de mercado Won/USD



Fonte: Statistics Korea (official exchange rate); Daily NK (market exchange rate, monthly average).

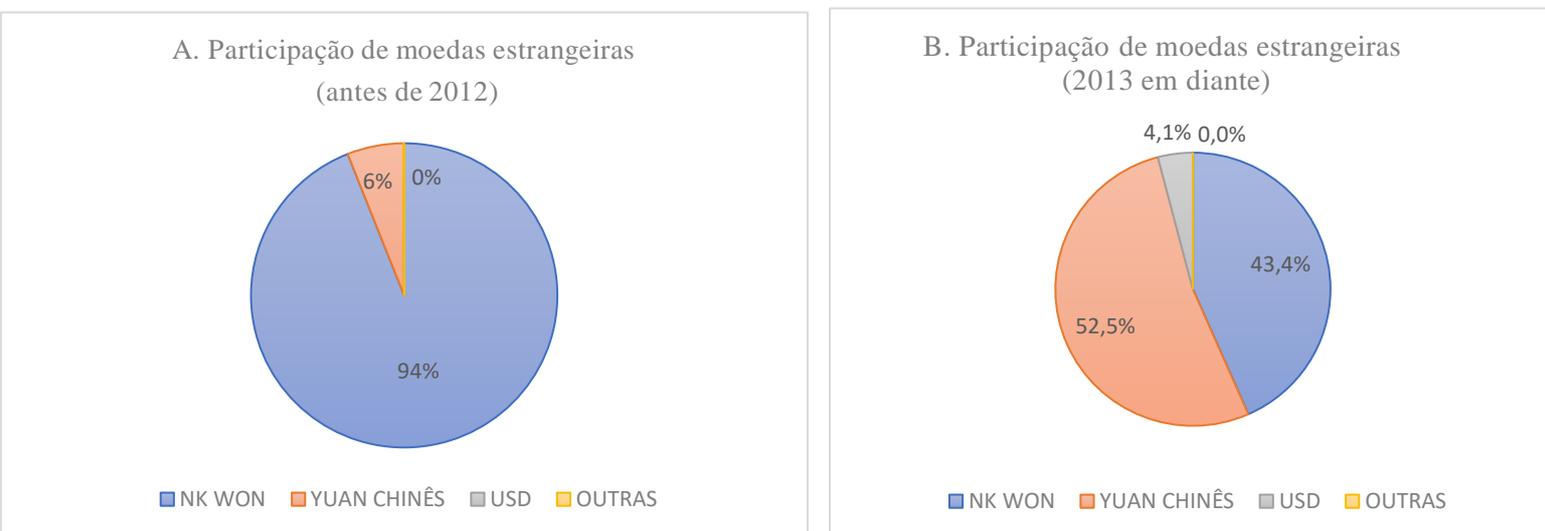
Como a taxa de câmbio oficial foi supervalorizada, a moeda estrangeira fluiu para a economia informal. Após a segunda tentativa de reforma monetária, a taxa de câmbio do mercado paralelo desvalorizou-se ainda mais, para cerca de KPW 8 000 por dólar até 2012. Posteriormente, manteve-se em torno desse nível, apesar da intensificação das sanções.

Nos últimos anos, o governo tem feito esforços para extrair divisas do setor privado em várias maneiras, como vendas de telefones celulares e taxas de câmbio separadas para viajantes estrangeiros (embora os estrangeiros agora possam trocar legalmente moeda forte por wons norte-coreanos à taxa de mercado em alguns estabelecimentos comerciais de Pyongyang). Até mesmo taxas de eletricidade em partes de Pyongyang são cobradas em dólares (JANG, 2020). A Autoridade Financeira adotou medidas para canalizar moeda estrangeira ao investimento doméstico. Em particular, anunciou que os bancos não pediriam aos depositantes informações sobre a procedência de seus depósitos e ampliou o

uso de cartões de pagamento eletrônico, que são agora bastante comuns, especialmente, em Pyongyang (PARK ET AL., 2018).

Como em vários países em desenvolvimento, as moedas estrangeiras são usadas na Coreia do Norte ao lado do won doméstico, incluindo o yuan chinês e o dólar americano (Gráfico 14). Yuans são rotineiramente usados para comprar até alimentos básicos em mercados gerais (ASIAPRESS, 2019), apesar de eventuais ameaças de repressão (ASIAPRESS, 2019). Alguns dos motoristas de táxi, sob demanda em Pyongyang, supostamente aceitam pagamento apenas em yuans ou dólares (CHAN, 2018). Os turistas podem pagar facilmente com euros e ienes em Pyongyang. Embora o yuan seja a moeda estrangeira mais amplamente disponível (Gráfico 14), dólares americanos, euros e os ienes japoneses são mais populares entre os ricos da Coreia do Norte (KIM, 2018).

Gráfico 14 – Participação de Moedas Estrangeiras



Fonte: Lee (2016).

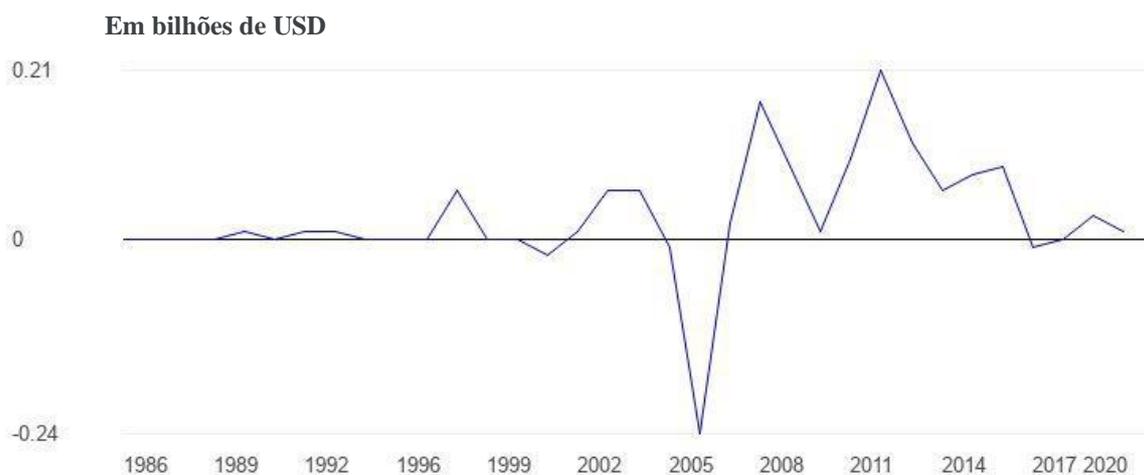
A enorme diferença entre a taxa de câmbio oficial e a de mercado também é um fator socialmente corrosivo. Remunerações são pagas principalmente em moeda local e equivalentes a não mais do que alguns dólares americanos por mês no mercado de câmbio. Contudo, os locais têm acesso a bens e serviços a preços do Estado e benefícios sociais, o que mitiga esse cenário. A enorme lacuna entre os salários oficiais e os rendimentos no setor privado é um grande desincentivo ao trabalho para os funcionários do Estado (KOEN; BEOM, 2020).

É claro que em países onde as estatísticas são normalmente coletadas, como Coreia do Sul, Estados Unidos e China, podem existir algumas inconsistências entre os dados

estimados pelas organizações internacionais como o Banco Mundial/FMI e os dados compilados pelas autoridades governamentais, mas a diferença não é tão grande quanto na Coreia do Norte. No caso da Coreia do Norte, os dados divulgados oficialmente pelas autoridades foram cerca de seis vezes maiores que os das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Por conta disso, não há como determinar oficialmente o valor total e a tendência do investimento estrangeiro direto na Coreia do Norte. Esses dados com séries temporais para a Coreia do Norte nunca foram publicados oficialmente, e os dados publicados ocasionalmente não representam o valor total do investimento estrangeiro direto.

Como não há alternativa, tem-se que utilizar as estimativas. Com base nos dados da UNCTAD, o fluxo de investimento estrangeiro direto na Coreia do Norte foi de US\$ 25,76 milhões em 2019 contra US\$ 310.000 em 1986 (Gráfico 15). É importante destacar que possivelmente a bomba dólar foi a sanção responsável pela queda abrupta no fluxo de investimento direto externo, em 2006, que restringiu o acesso ao sistema financeiro internacional.

Gráfico 15 – Investimento direto externo



Fonte: UNCTAD (2021)

3.5. Síntese

A crise econômica causada após a dissolução da União Soviética causou um rápido declínio na produção e, sobretudo, na capacidade de importar alimentos. A Grande fome da Coreia do Norte, conhecida também como Marcha Ádua, ocorreu entre os anos de 1994 e 1998 e obrigou o governo norte-coreano a assinar um acordo com os EUA pelo qual os norte-coreanos se comprometeram a abrir seu programa nuclear à inspeção

internacional em troca de ajuda econômica. Houve uma lenta recuperação econômica a partir de 1999 que inaugurou a fase de abrandamento das sanções marcada por um esforço humanitário das Nações Unidas de combate à fome.

A partir de 2000, a China se consolidou como principal parceiro comercial da Coreia do Norte e a economia norte coreana começou a experimentar o capitalismo privado em especial na região industrial de Kaesong, impulsionada pela indústria de mineração e cimenteira. Porém, após a saída da Coreia do Norte do Acordo de Não Proliferação Nuclear e a realização do teste nuclear em 2006, se iniciou um novo período de sanções econômicas e a bomba dólar foi usada pela primeira vez contra o país.

Analisando os efeitos da bomba dólar na economia norte coreana a partir de 2006, infere-se que não houve uma mudança significativa nos níveis de produção de carvão e cimento, que representam algumas das principais mercadorias produzidas no país. A China teve um papel fundamental para sustentação desses setores da economia norte coreana no início do século XXI.

Com efeito, a partir de 2006, várias sanções foram implementadas não só pelo governo norte-americano, mas também por outros países, como Japão. Apesar disso, os seus efeitos sobre a economia norte-coreana eram de certa forma compensados pela crescente participação da China nas transações comerciais com a Coreia do Norte. Essa estagnação da economia norte-coreana seguiu até meados de 2015, quando o país levou adiante seu programa de testes nucleares, resultando numa mudança de postura do governo chinês.

A partir de 2016, pode-se inferir que houve um contundente impacto na economia norte-coreana quando o governo chinês decidiu implementar sanções em conjunto com a ONU, principalmente sobre a indústria de carvão. As exportações de minerais caíram mais de 90% e as importações de partes de veículos também caíram drasticamente nesse período.

Em contraste com os setores de indústria pesada e mineração, o setor de serviços seguiu resiliente às sanções ao longo dos últimos anos. Isso pode ser explicado em parte pela capacidade de adaptação da economia norte-coreana para setores não sancionados e na transformação da composição das importações após os impactos das sanções.

Em relação à análise sobre as variáveis nominais da economia norte-coreana, os dados corroboram a tese que, conforme as sanções foram sendo aplicadas, sobretudo a partir de 2006, quando a bomba dólar isolou a Coreia do Norte do sistema financeiro internacional, a China foi se tornando cada vez mais imprescindível para a sustentação da economia. Ao passo que se aumentava a dependência coreana em relação a China, a “yuanização” da economia estava a todo vapor, impulsionada pela restrição ao dólar e pelos excedentes comerciais com a China.

O fluxo de investimento estrangeiro foi duramente afetado pela bomba dólar atingindo seu valor mínimo, porém não foi suficiente para impedir a entrada de capital chines que sustentou o investimento direto na economia norte coreana até 2016. Quando de fato com a mudança da postura chinesa, os investimentos diretos externos minguaram colocando a economia norte-coreana em verdadeiro declínio.

Dessa forma, conclui-se que a utilização da bomba dólar teve sucesso em isolar a Coreia do Norte do sistema financeiro internacional, mas seus efeitos econômicos não foram tão expressivos devido ao crescente excedente comercial com a China. Além disso, o fato de a Coreia historicamente nunca ter integrado o sistema financeiro internacional – como vimos, desde o pós-2ª Guerra já há restrições à integração norte-coreana – a eficácia da ferramenta acaba sendo menos pronunciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a implementação da bomba dólar e seus efeitos se utilizando do estudo do caso norte-coreano. Para isso definiu-se alguns conceitos teóricos para explicar o uso da moeda como arma monetária. Foram utilizados como base teórica deste trabalho a teoria da restrição de sobrevivência colocada por Minsky, o conceito de poder estrutural introduzido por Susan Strange e a análise do professor Ernani Torres sobre as condições de uso e funcionamento da bomba dólar.

A fim de analisar o estudo do caso da Coreia do Norte, foi preciso destrinchar o contexto histórico e institucional pelo qual as sanções econômicas foram implementadas desde o final dos anos 1990 até os dias de hoje. Para isso alguns marcos históricos são importantes. O primeiro marco histórico foi o final dos anos 1990, quando a Coreia do Norte, que vivia uma enorme crise humanitária após o colapso da União Soviética, decidiu assinar um acordo com os EUA renunciando o desenvolvimento de seu programa nuclear em troca de ajuda humanitária e financeira iniciando um período de lenta recuperação.

O segundo marco foi a utilização da bomba dólar em 2006, que encerrava o período anterior de abrandamento de sanções. A implementação da bomba dólar teve sucesso em isolar a Coreia do Norte do sistema financeiro internacional a fim de restringir o acesso a crédito internacional para financiar seu programa nuclear.

Porém, em comparação com outros países onde a bomba dólar foi utilizada, como o Irã, os efeitos econômicos sobre a economia norte-coreana não foram tão expressivos. Isso se deve ao fato de a Coreia do Norte ser historicamente menos dependente do sistema financeiro internacional mesmo antes da bomba dólar e pelo crescente excedente comercial com a China que naquele momento vivia o ano de seu maior crescimento dos últimos 20 anos.

O estudo de caso da Coreia do Norte mostra que a China talvez tenha evitado o colapso da economia norte-coreana e dessa forma, restringiu o transbordamento dos efeitos financeiros que a bomba dólar poderia ter causado na economia real quando utilizada em 2006. Assim, a análise aqui realizada permite que não rejeitemos a hipótese de que o dólar é uma arma monetária eficiente: a bomba dólar conseguiu intensificar o isolamento da Coreia do Norte do sistema financeiro internacional e dificultar as transações do país, gerando consequências deletérias para sua economia. Contudo, a China funcionou como uma boia

salva-vidas para a economia norte-coreana durante boa parte do período analisado (até 2016), o que ilumina a necessidade de uma atuação internacional coordenada para a completa eficácia do instrumento.

REFERÊNCIAS

- ASIAPRESS. “**The Weakest Won: Markets Run Entirely in Chinese RMB as Shoppers Abandon their Sanctions-Hit Currency**”, 19 August, 2019.
- BALDWIN, D. **The Sanctions debate and the logic of choice**. *International Security*, v. 24 n. 3, 1999. p. 80-107.
- BBC. Entenda o caso dos testes nucleares da Coreia do Norte, 2006. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061009_coreia_qa_dg . Acesso em 12/8/22.
- BIANCHI, C.; DRAPIC, K. **Model City Pyongyang**. The MIT Press, Cambridge, MA, 2019.
- BONDAZ, A. “North Korea Under International Sanctions: Evasion, Diversification and Cooperation”, **First OECD Seminar on the North Korean Economy**, Paris, 2019.
- BOLTON, J. “**North Korea: A Shared Challenge to the U.S. and ROK**”, Korean-American Association, Seoul. August 29, 2002.
- BRASIL. Decreto-lei nº 56.435, de 8 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1965.
- CARTER, B. E.; FARHA, R. **Overview and Operation of U.S. Financial Sanctions, Including the Example of Iran**, 2013.
- CAYTAS, J. D. **Weaponizing Finance: U.S. and European Options**, Tools and Policies. *Columbia Journal of European Law*, 2017, p. 01-48.
- CHO, M.; KIM, J. “Overseas North Korean Workers and Implications,” **KIEP Global Economy Today**, Vol.7 No.31, KIEP, 2017.
- COHEN, B. **Currency Power - Understanding Monetary Rivalry**. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- DE BROECK, M.; KOEN, V. “The Great Contractions in Russia, the Baltics and the Other Countries of the Former Soviet Union: A View from the Supply Side”, **IMF Working Papers**, No. 00/32, 2020.

EBERSTADT, N. **The North Korean Economy: Between Crisis & Catastrophe**, Transaction Publishers, New Brunswick, NJ, 2007.

FAO/WFP. **FAO/WFP Joint Rapid Food Security Assessment on DPRK**, Food and Agriculture Organization/World Food Programme, May, 2019.

FENAROLI, G. C. **Financial Warfare: Money as an Instrument of Conflict and Tension in the International Arena**. Senior Projects, Spring, 2016.

HAGGARD, S.; NOLAND, M. **Famine in North Korea: Markets, Aid, and Reform**. New York: Columbia University Press, 2007.

HAGGARD, S.; NOLAND, M. Reform from below: Behavioral and institutional change in North Korea. **Journal of Economic Behavior and Organization**, 2010, p.133–152.

HAGGARD, S.; NOLAND, M. **Hard Target: Sanctions, Inducements, and the Case of North Korea**, 2017.

HELLEINER, E. **States and the Reemergence of Global Finance, from Bretton Woods to the 1990's**. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1994.

JANG, S.-G. “N. Korea’s Largest Fertilizer Complex No Longer Operational”, **Daily NK**, 6 November, 2019.

JEONG, H.-G. “United Nations Sanctions on North Korea’s Luxury Goods Imports: Impact and Implications”, **Asian Economic Policy Review**, Vol. 14, Issue 2, 2019.

KIM, B.-Y. **Unveiling the North Korean Economy: Collapse and Transition**. Cambridge University Press, Cambridge, 2017.

KIM, J. “US Dollars Become Currency of Choice Among Well-Heeled North Koreans”, **Radio Free Asia**, 21 February, 2018.

LANKOV, A.; WARD, P.; YOO, H.; KIM, J. “Making Money in the State: North Korea’s Pseudo-State Enterprises in the Early 2000s”, **Journal of East Asian Studies**, Vol. 17, Issue 1, 2017.

LEE, Y. "International isolation and regional inequality: Evidence from sanctions on North Korea", **Journal of Urban Economics**. 2018. p. 34–51.

MARTIN, E. “International Aid to North Korea: First-Hand Experience”, **First OECD Seminar on the North Korean Economy**, Paris, 2019.

MAKOWSKY, P.; TOWN, J. PITZ, S. “A Snapshot of North Korea’s Supply Chain Coal Activity”. **38 North**, 2019.

MEHRLING, P. “**The Inherent Hierarchy of Money**”. In: L. R. editado por Taylor, *Social Fairness and Economics: Economic Essays in the Spirit of Duncan Foley*, 2013. p. 394-404.

PACHECO PARDO, R. “North Korea: Northeast Asia’s New Tourism Hub?”. **38 North**, 2014.

PARK, J.; WALSH, J. “Stopping North Korea, Inc.: Sanctions Effectiveness and Unintended Consequences”, **MIT Security Studies Program**, Cambridge, MA, 2016.

PEARSON, J.; SAGOLI, D. “Despite Sanctions and Isolation, Pyongyang Skyline Grows”. **Reuters**, 2016.

PEKSEN; DURSUN; BYUNGHWAN. “Economic Coercion and Currency Crises in Target Countries.” **Journal of Peace Research**, 2015. p. 448–462.

SELIGER, B. “The July 2002 Reforms in North Korea: Liberman-Style Reforms or Road to Transformation?”, **North Korean Review**, Vol. 1, Fall, 2005.

SHEN, S. “Cars on Pyongyang Streets Can Tell Us a Lot About the Country”, **Ejinsight**, 2018.

STRANGE, Susan. “The Persistent myth of lost hegemony”. **International Organization**, v. 41, n. 4, 1987. p. 551-574.

SHIN, JONGHO, KEEHYUN LEE, JUWHA Park et al. “Evaluation of Sanctions Against North Korea and Future Policy Directions”, **KINU Policy Research Series**, 16-2, Korea Institute for National Unification, Seoul (in Korean), 2016.

TAVARES, Maria da Conceição. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: FIOIRI, José Luis (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**: Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TORRES FILHO, E. T. “Guerra, moeda e finanças”. In: J. L. FIORI, **Sobre a guerra**, Rio de Janeiro: Vozes. 2018. p. 259- 289.

TORRES FILHO. *A Moeda em Minsky e o Atual Sistema Monetário Globalizado Americano*. **Texto para Discussão IE-UFRJ**, 2019.

TORRES FILHO. A bomba dólar: paz, moeda e coerção. **Texto para Discussão IE-UFRJ**, 2019.

UN PANEL OF EXPERTS. **Report of the Panel of Experts Established Pursuant to Resolution 1874**, 2019.

WARD, P. “North Korea’s Exchange Rate Regime: Understanding a Silent Revolution”, **NK Pro**, 2019.

ZARATE, J. **Treasury’s war: the unleashing of a new era of financial warfare**. New York: Public Affairs, 2013.